

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 29 de março de 2023 - Ata n.º 21.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Deputado **Marcel Micheletto**, na função de Presidente, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Alexandre Curi** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **21.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos. Convido a Sr.ª 2.ª Secretária, Deputada Maria Victoria, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria - PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 20.ª Sessão Ordinária, de 28 de março de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em discussão a Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário, Deputado Alexandre Curi, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi - PSD): Não há Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Não havendo Expediente, passamos ao horário do Pequeno Expediente, por cinco minutos, proibido apartes. Quero convidar a Deputada Mabel Canto para fazer o seu pronunciamento.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Bom dia, Deputadas. Bom dia, Deputados. Hoje venho a esta tribuna para tratar e fazer a cobrança do andamento de um Projeto de Lei que protocolamos em conjunto com o Deputado Arilson, com o Deputado Goura, com o Deputado Tercilio, com o Deputado Marcio Pacheco e com o Deputado Evandro, que trata do Projeto n.º 781/2019, que dispõe sobre a concessão de subsídios aos serviços de transporte público de passageiros aqui no Estado do Paraná. Isso porque hoje, lá em Ponta Grossa, a Câmara Municipal vai votar a renovação do contrato do transporte coletivo do município por pelo menos mais dois anos. Esse contrato que tem fim no dia 11 de junho, um contrato de 20 anos, um contrato que infelizmente foi mal feito no passado e que agora teríamos a oportunidade de fazer uma nova concessão, para o bem do transporte coletivo da nossa cidade, um transporte coletivo com qualidade, que realmente beneficie a população de Ponta Grossa, mas que neste momento será renovado por mais dois anos. E aí lembro deste Projeto de Lei, Deputado Goura, que trata dos subsídios, isso porque lá em Ponta Grossa foi anunciado que a Prefeitura vai subsidiar uma parte da tarifa do transporte. A tarifa custará R\$ 4,00, segundo anúncio proposto pela Prefeitura, mas quando na verdade a tarifa cheia custa quase R\$ 9,00. E esse subsídio, como sabemos, é pago pela população. É um subsídio que vem dos impostos, fruto dos impostos pagos pela população. A tarifa do sistema do transporte coletivo, que era mantida por quem era usuário em Ponta Grossa, agora será mantida por toda a população, por quem usa e por quem não usa o transporte coletivo. O nosso Projeto de Lei, que foi protocolado em 2019, que infelizmente não está tramitando aqui nesta Casa, trata do subsídio ofertado pelo Governo do Estado, nos mesmos moldes do que já acontece para Curitiba e

Região Metropolitana. Quero lembrar que no ano de 2022 o Estado concedeu 192 milhões de subsídio para o transporte público de Curitiba, o que equivale a R\$ 16 milhões por mês. Em 2021, a Assembleia e o Estado fizeram um repasse de R\$ 60 milhões para o sistema do transporte coletivo aqui da Capital e da Região Metropolitana. E em 2021 foram R\$ 215 milhões. E aí lá em Ponta Grossa, agora, vai se aportar R\$ 26 milhões em recursos, em subsídio para custear uma parte da tarifa. Vejam a diferença. O que são 26 milhões perto dos 16 milhões mensais que a Capital recebeu do Governo do Estado no ano passado? Este nosso Projeto aqui trata das cidades acima de 300 mil habitantes, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, enfim, municípios que também têm transporte coletivo municipal, que também precisam de aporte e de ajuda do Governo do Estado, mas que até hoje na história não foram beneficiados. Lá em Ponta Grossa, como eu ia dizendo, então, 26 milhões neste primeiro momento, neste primeiro ano. Teremos subsídio também nos próximos dois anos, segundo já foi anunciado, mas estamos hoje renovando um contrato que, infelizmente, não é benéfico para a população de Ponta Grossa. Transporte coletivo ruim, de má qualidade, linhas que foram cortadas, ônibus sempre cheios, enfim, criando uma situação que dificulta o transporte das pessoas na nossa cidade. Infelizmente, a Prefeita de Ponta Grossa faz como o Secretário, o Deputado... - não sei o que ele é, se é Secretário, se é Deputado, porque uma hora ele é, outra hora ele não é, e quando ele é Secretário ele também não fala -, o Sandro Alex, ela aprendeu bem com o Sandro Alex, está *empurrando com a barriga* uma concessão tão importante para o nosso município.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Luiz Fernando Guerra. Vossa Excelência tem cinco minutos, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, membros da Mesa, amigos colegas Deputados e amigos da imprensa, hoje não poderia me furtar de parabenizar esta capital de todos os paranaenses, Curitiba, uma cidade acolhedora, uma cidade de um povo trabalhador, que sedia os três Poderes do nosso Estado e que muito nos orgulha. Trezentos e trinta anos de história. Vou

deixar para que os colegas que aqui são de Curitiba façam esta menção mais especial, mas não podia me furtar de falar sobre isto. Senhor Presidente, na semana passada assistimos estarecidos ao que houve no âmbito, Líder do Governo, Hussein Bakri, no âmbito nacional com relação à fala do Presidente da República, uma fala carregada de ódio, de rancor, de sentimento de vingança, onde, falando para um portal, ele disse que o desejo dele era... - vou me recolher, talvez para não falar o mesmo palavrão que ele disse - *ferrar* o Senador da República Sérgio Moro, homem honrado, probo, herói nacional que realmente fez um trabalho ímpar para a sociedade brasileira e que muito me orgulho de andar ladeado a ele, a sua família. E quando ouço um sentimento, uma fala do líder maior da nação com relação à figura do Senador Moro, dizendo inclusive que repetia feito um mantra, durante os quinhentos e tantos dias que ficou aqui nesta capital, - esta capital que acolhe, inclusive na Polícia Federal, quem afana, quem assalta os cofres públicos - repetia feito um mantra, dizendo que não estava tudo bem, que ele queria se vingar dessa gente. Ora, pois, Presidente, quem é essa gente? De quem ele gostaria de se vingar? Coincidentemente, posterior a isso, no dia subsequente, vimos a operação *Sequaz*. Cortina de fumaça? O que foi essa operação? Posterior a uma operação gravíssima, que parablenho as forças policiais, a Polícia Federal, a Polícia Militar, o Ministério Público, onde foi deflagrada uma operação de sequestro, possibilidade de assassinato do Senador da República, de sua família, seus filhos, sua mulher, a Deputada Federal Rosângela Moro. Meu Deus do céu, em que mundo estamos vivendo, Tito Barichello, o senhor que é da força policial, delegado honrado da nossa gloriosa Polícia Civil do Paraná! Não posso me sentir confortável em uma situação como esta, quando figuras importantes da República são atacadas e o Presidente da República, posterior a isso, uma deflagração da Polícia Federal, simplesmente ri da situação e diz que isso pode ter sido uma armação do Senador Moro. Meu Senhor do Céu, dê discernimento e equilíbrio, porque realmente esse ódio e esse rancor, meu amigo Arilson, eu que lhe respeito, eu que sou um religioso, procurei na palavra sagrada, na Bíblia, segundo Mateus, que diz que *a boca fala aquilo que o coração está cheio*. Não gostaria que o nosso Presidente da República tivesse

tanto ódio no seu coração. Gostaria que ele trabalhasse, que resolvesse os problemas econômicos do País, que fizesse que esta nação, que é uma nação simplesmente maravilhosa, de gente trabalhadora, que mesmo diante dos desafios inúmeros que se passam nesta terra, fizesse com que fôssemos alavancados no setor produtivo, que tivéssemos paz no campo, que tivéssemos harmonia nos Poderes, que tivéssemos acima de tudo respeito ao cidadão. Empatia é a palavra! Ouvi muitos colegas falando na semana passada, mas, talvez por andar sempre ladeado do Senador Moro, vou repetir aqui que muito me orgulha participar desse grupo que realmente só tem um viés, Líder do Governo, Hussein Bakri, que é realmente fazer o Paraná, fazer o nosso Brasil um País melhor para a nossa gente. Não podia, Moacyr Fadel, furtar-me de subir aqui e fazer esta palavra, este pronunciamento em prol da defesa dessa família que carrego no meu coração e que tanto me orgulho de quase todos os dias conversar, dialogar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Guerra, mais um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Obrigado, Presidente. Realmente de debater os problemas do nosso Paraná, aconselhar-me pela sua experiência como magistrado e agora como Senador da República. Minha solidariedade a você, Senador Moro. Tenho certeza de que hoje, no dia em que completamos 330 anos da cidade de Curitiba, a população de quase 2 milhões de paranaenses que confiou o voto nas urnas no ano passado para V.Ex.^a está contigo. Deus está lá em cima no comando, e essas pessoas que tentam tanto mal, que tentam atacar a sua história, a sua pessoa, eles não passarão impunes. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas; cumprimento também todos que assistem a esta Sessão,

acompanham, principalmente pelas redes sociais. Quero saudar aqui os nossos dirigentes sindicais, na pessoa da Walkiria e da Vanderleia, que representam os servidores do Estado do Paraná e que estão em uma luta para que o Governo do Estado respeite a data-base e conceda o reajuste que é de direito, a recomposição salarial que esperam os nossos servidores do Estado do Paraná. Inscrevi-me, Sr. Presidente, para falar hoje da audiência que estive participando ontem em Brasília, representando também o Bloco da Agricultura Familiar, que foi uma audiência importante e bastante produtiva, acredito que, com toda a certeza, o resultado vai ser muito bom para a agricultura familiar não só do nosso Estado do Paraná mas de todo o País. Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Luiz Guerra e gostaria de responder, Deputado, mas vou deixar o Presidente do nosso partido, o Deputado Estadual Arilson, que vai usar da palavra e com certeza vai responder. Só dizer para o senhor que por mais que o Presidente Lula possa carregar alguma mágoa quanto ao Senador, com certeza ela é menor do que o amor que ele tem pela vida, porque ele deu todas as condições de a Polícia Federal apurar, cuidar e salvar a vida do Senador e também da sua família. Então, com certeza não tem esse ódio, porque se fosse assim ele não teria deixado a Polícia Federal fazer o trabalho, como vimos o Presidente anterior intervir na Polícia Federal – e fico pensando se fosse o Presidente anterior e isso fosse com o Lula, não sei o que teria acontecido. Mas, aqui quero me reportar então à audiência que tive ontem em Brasília, dizer que também participamos do lançamento da 4.^a edição da Campanha de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, Deputada Mabel, a 4.^a edição, que aconteceu ontem em Brasília e é muito importante, porque debatemos muito aqui nesta Casa a questão da violência política contra as mulheres. Sabemos, Deputada Mara Lima, que ainda as mulheres enfrentam muitos tipos de violência, inclusive essa, porque não basta também só em uma campanha, só enquanto a mulher é candidata, enquanto participa de um partido ou enquanto está participando de um momento eleitoral, mas também depois, nos seus mandatos. Então, foi muito importante o debate de ontem, um debate riquíssimo, com pronunciamentos de várias Deputadas, várias Parlamentares, e a campanha está lançada então para fazer

esse enfrentamento. Tivemos uma audiência na parte da tarde, acompanhada pelo Deputado Federal Tadeu, que já foi companheiro nosso nesta Casa como Deputado Estadual e agora é Deputado Federal, esteve nos acompanhando em uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. Uma das nossas reivindicações para o Ministro Paulo Teixeira com relação à agricultura familiar vai com relação ao programa de habitação que tínhamos, Deputada Marli. Tínhamos nos governos do PT um programa de habitação para o campo, quando foram construídas quase 40 mil casas para os agricultores familiares, e esse programa paralisou, na verdade não aconteceu mais nesses últimos anos, e percebemos com o Presidente Lula a retomada do programa *Minha Casa, Minha Vida*, que envolve também tanto o campo quanto a cidade. O Presidente Lula já anunciou que quer construir até 2026 cerca de 2 milhões e 700 mil unidades, o que envolve também a habitação no campo; mas, para os agricultores que não se enquadram nos critérios desse programa, pedimos ao Ministro então que tenha um crédito especial para que esses agricultores que não estejam enquadrados nos critérios desse programa, dessas 2 milhões e 700 mil unidades que serão construídas nesse programa *Minha Casa, Minha Vida*, que possa ter uma linha de crédito especial para os agricultores financiarem as suas casas, terem esse apoio para a construção das suas casas ou reformas e ampliações. Também outro debate foi com relação à redução dos juros dos produtos da agricultura familiar. Sabemos que hoje, infelizmente, os juros ainda estão altíssimos e isso dificulta para os agricultores familiares terem a produção. Então, pedimos que seja feito um esforço... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputada Luciana, a senhora tem mais um minuto, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Sr. Presidente. Em outro momento vou voltar aqui para relatar todas as audiências que tive ontem em Brasília, mas, só para concluir, ainda com relação ao Ministro Paulo Teixeira, também estivemos reivindicando essa questão da redução das taxas de juros. E também a questão da forma como é colocado o enquadramento da agricultura

familiar na questão mais previdenciária. A forma como hoje está sendo cobrado pela previdência o enquadramento da agricultura familiar ou do agricultor familiar ou agricultora familiar tem dificultado a aposentadoria dos nossos agricultores. Então, pedimos ao Ministro que seja revista também a questão do enquadramento com relação à definição de agricultor familiar, para que isso não prejudique os nossos agricultores e agricultoras e que eles possam continuar ou ter o direito da aposentadoria como está previsto, que é um direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, meu amigo Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição; e cumprimento os nobres Deputados, dignos representantes da sociedade paranaense. Utilizo a palavra hoje para me dirigir a uma classe de pessoas, uma classe de pessoas com mais de 25 anos, uma classe de pessoas sem antecedentes, uma classe de pessoas sem boletim de ocorrência, uma classe de pessoas que tem domicílio fixo, uma classe de pessoas que tem trabalho, uma classe de pessoas que não pratica crimes. Quem são eles, Senhores? São os CACs - Caçadores, Atiradores e Colecionadores. Como digo, pessoas de bem, pessoas honestas. Utilizo a palavra neste Pequeno Expediente em virtude da informação que tive agora, que o Sr. Ministro da Justiça prorrogou o prazo para o cadastramento das armas, que era 3 de abril, para 3 de maio. Por que utilizo a palavra, Sr. Líder do Governo? Utilizo a palavra para pedir que os CACs façam o cadastramento das armas. Existem muitas *Fake News*, existe muita informação falsa, até propaganda por alguns políticos para não fazer o cadastramento. O que

acontece? Em um primeiro momento, também pregava o não recadastramento, Sr. Líder do Governo, e já tinha disponibilizado para todos os CACs advogados, através da associação, para entrar com mandados de segurança individuais, ou seja, para fazer com que houvesse respaldo legal para o não recadastramento. O problema é que o Governo conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal, que é a nossa Corte Constitucional, através de Ação Declaratória de Constitucionalidade, a legalidade, a legalidade com efeito vinculante a todo o Poder Judiciário em relação à Portaria n.º 299 e ao Decreto n.º 366. Apesar de que eu, como professor, como mestre em Direito, como especialista em Direito considero inconstitucional, porque não pode um ato normativo extrapolar a lei que regula, que é a Lei n.º 10.826. Infelizmente, a nossa Corte Constitucional considerou constitucional. Então, aquela estratégia que tínhamos de disponibilizar para todos os CACs do Paraná advogados para entrarem com mandados de segurança individuais - e aí sim, respaldados na lei, não recadastrarem suas armas - não é possível pelo efeito vinculativo da decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, peço à classe que representa os CACs – Caçadores, Colecionadores e Atiradores que façam o recadastramento das armas. Digo isso até feliz por este prazo, porque estive em Brasília, juntamente com o meu assessor Filipe Palmas, que é advogado, que é armamentista, dono do Savana Clube de Tiro, conversamos com diversos Senadores, conversamos com diversos Deputados e pedimos a procrastinação do prazo, em virtude de se tratar de um prazo exíguo, em virtude das muitas contrainformações que existiam. Então, um dos nossos pleitos, Sr. Líder do Governo, quando estivemos em Brasília, inclusive representando esta Casa, era a procrastinação do prazo, o aumento do lapso temporal para que as pessoas tomassem ciência de que o não recadastramento configura o crime dos art.º 12, 14 e 16. E não temos mais como debater isso juridicamente, em virtude de uma errônea decisão do Supremo Tribunal Federal que fez coisa julgada, que tem efeito vinculativo em relação a tal fato. Então, é óbvio que, como advogado, como democrata não consigo entender como pode uma Portaria estabelecer o que é crime. O art. 1.º do Código Penal diz que não há crime sem lei anterior. Vou repetir: *Não há crime sem lei anterior que o defina*. Princípio da legalidade. Como

pode uma Portaria estabelecer que aquele que não recadastrar cometerá os crimes dos art.º 12, 14 e 16 da Lei n.º 10.826? Se alguém conseguir entender isso, explique-me, porque é algo inexplicável. Mas, são as coisas do Brasil e o Supremo diz que pode uma Portaria criar um crime. Então, como não podemos discutir e não posso prejudicar, não posso prejudicar os CACs que represento, peço encarecidamente aos CACs que façam o recadastramento, aproveitem o novo prazo dado pelo Ministro da Justiça, Sr. Flávio Dino, para fazer o recadastramento, que agora não é mais 3 de abril, é 3 de maio. É imprescindível não acreditarmos em *Fake News* nesse sentido de que podemos não fazer o recadastramento, que podemos enfrentar a polícia quando vierem apreender as armas ilegais. Pessoal, o Supremo considerou constitucional o Decreto n.º 11.366. Desculpe... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Tito, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): O Supremo considerou constitucional do Decreto n.º 11.366 e a Portaria n.º 299, então não temos essa possibilidade. Por isso, dentro da legalidade, precisamos fazer o recadastramento. Fica aqui o meu recado aos meus amigos, aos meus irmãos, às pessoas honestas, que são os CACs. Agora, aos bandidos, aqueles que não têm armas cadastradas, aqueles que não se adaptam a essa lei, digo que não precisam se recadastrar. Então, bandido, criminoso, aqueles que trocam tiro, Sr. Renato Freitas, com a Rone, com a Rotam e com a Polícia, esses não precisam recadastrar, pessoal. O pessoal do PCC, PGC, Comando Vermelho está liberado. Agora, cidadão de bem, cidadão honesto, faça o recadastramento, não caia na ideia produzida até por alguns políticos tradicionais. Isso é *Fake News*, de não fazer o recadastramento. Sigam a lei, é o único caminho. Se houvesse um caminho distinto, com certeza... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Se houvesse um caminho distinto, Senhores, com certeza apoiaria esse caminho, mas não existe, em virtude da Ação Declaratória de Constitucionalidade que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que é a nossa Corte Constitucional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento as Sr.^{as} Deputadas e os Sr.^s Deputados. Subo a esta tribuna para saudar a capital de todos os paranaenses, a nossa Curitiba, a Curitiba que nos acolhe, a Curitiba que recebe quem vem de fora como um filho seu - e falo em nome próprio, sou um curitibano por escolha. Quero neste momento cumprimentar todos os curitibanos que aqui moram, sendo nascidos ou não na nossa querida capital, a capital de todos os paranaenses. São 330 anos. Mas, a minha característica não permite que eu suba aqui para fazer uma saudação sem crítica, porque talvez no dia do aniversário da cidade precisemos olhar para o que aqui acontece. Vou citar três fatos de Curitiba para que fique registrado aqui neste dia do aniversário da capital. Primeiro, Curitiba tem a passagem de ônibus mais cara do Brasil, R\$ 6,00. O serviço é péssimo. Quem necessita do transporte coletivo na capital é sardinha em lata, em um sistema falho, caro e que privilegia os milionários empresários do sistema de transporte coletivo da nossa cidade. Curitiba tem uma obra interminável, a Linha Verde. São quase 16 anos, diferentes governos e a obra não é concluída. No dia do aniversário da cidade, tem muita foto hoje nas redes sociais do Museu do Olho, maravilhoso museu, do Jardim Botânico da cidade, mas tinha que fotografar a Linha Verde, que não termina no dia dos 330 anos da capital. No dia do aniversário da cidade é importante que esta tribuna chame a atenção do Paraná para a indústria da multa que hoje funciona na nossa cidade. São mais de 300 radares escondidos atrás de árvores, de postes, sem qualquer tipo de sinalização que seja efetiva. Ninguém é contra o controle de velocidade, mas o controle de velocidade tem que servir à educação e para impedir o acidente, não para multar. Hoje tem uma indústria da multa em Curitiba, para um silêncio

conivente, infelizmente, da Câmara Municipal da nossa cidade. Vejo aqui a Deputada Flávia Francischini: assinamos juntos a abertura de um pedido de CPI para investigar a questão dos radares, nem andou; assinamos juntos uma CPI para investigar a obra da Linha Verde, nem andou. Os problemas reais da cidade precisam ser trazidos à baila no dia do aniversário da capital. E não estou falando aqui do problema social grave que a periferia de Curitiba atravessa, estou trazendo três exemplos: a indústria vergonhosa da multa que hoje está estabelecida na cidade; uma obra que não termina por incapacidade do poder público em assim fazê-lo; e o terceiro ponto, estamos com a passagem de ônibus que é um assalto a mão armada para o cidadão trabalhador aqui da capital. Viva Curitiba! Mas, não é um “*viva Curitiba*” para fazer de conta, é um “*viva Curitiba*” pela força, pela pujança da nossa cidade. O aniversário de Curitiba precisa servir também para menos abraçinhos, tapinhas nas costas e beijinhos; que o aniversário da capital sirva para mostrar o que acontece hoje na cidade. Ano que vem tem eleição e vamos ver a maquiagem do horário eleitoral; ano que vem vamos escolher os Vereadores e o Prefeito desta cidade e que tenhamos condições de levar a sério a eleição mais importante, que é a eleição de Vereador e a eleição de Prefeito dos nossos municípios. Agradeço, Sr. Presidente. Quero aqui mais uma vez saudar todos os curitibanos e paranaenses. Curitiba merece todo o nosso empenho e o nosso trabalho. Mas, não é porque é aniversário que temos que fechar os olhos para os desmandos que ocorrem aqui na nossa capital.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*. Primeiramente, quero parabenizar aqui a fala do Deputado Delegado Tito. É importante avisar a todos do cadastramento das armas. As minhas já foram feitas, e é importante falarmos isso. Também parabenizando aqui o aniversário de Curitiba. Mas, o Deputado Denian falou muito bem, temos que fazer as críticas também. O atual Prefeito, Prefeito Greca, ele já exonerou uns 20 funcionários públicos porque,

pasmem, Deputado Marcel Micheletto, porque não tomaram a vacina do Covid, mesmo tendo uma Lei Estadual em vigência, sancionada pelo Governador, que é proibido a exigência da comprovação da vacina, e esse Prefeito irresponsável... Irresponsável por quê? Porque não respeita uma Lei Estadual. Isso é crime de responsabilidade. Ele está prejudicando várias famílias por algum problema dele mental, não sei o que é, prejudicando tanta gente! Já entramos aqui no Judiciário para ver se derrubamos e que essas pessoas possam voltar a trabalhar. Bem, quero falar também hoje de uma lei de minha autoria que foi aprovada ontem em primeira votação, que dispõe sobre a proibição da utilização de penas e plumas de origem animal para a produção de fantasias e alegorias, incluindo fantasias carnavalescas no Estado do Paraná. Sabe-se que os animais possuem capacidade de sentir dor, frio, fome, sede e medo, e os métodos de retirada das penas desses animais são cruéis. Sendo assim, faz com que não se possa mais aceitar, em pleno século XXI, que se utilizem partes do seu corpo para fins de adereços de fantasias. A medida, inclusive, traz mais respeito ao meio ambiente, além de ser de grande interesse público. Também quero dizer aqui que em todos os meus mandatos sempre foquei em fazer leis que defendam as crianças, os jovens e as famílias. Óbvio que tem leis que também protegem animais e outros tipos de leis que são importantes, mas não há bem maior, abaixo de Deus, do que a família. E quando fazemos uma lei que defende as crianças e as famílias, não estamos aqui... Famílias não têm cor, é para qualquer família. Não importa se os filhos sejam filhos de criminosos, mas esses criminosos com certeza vão bater palmas para uma lei que está protegendo seus filhos também. Então, é importante que todo Projeto que venhamos a pautar neste Plenário em defesa das famílias, dos jovens e crianças, que seja realmente abraçado por todos os Deputados. É muito importante isso. Temos visto aí essa ideologia de gênero, uma coisa cruel com uma criança que acontece em algumas escolas, professores querendo aí incentivar a criança de cinco anos de idade que nasceu menina a virar menino se ela quiser ou vice-versa, como se fosse algo muito normal. Óbvio que não é normal! Os pais estão trabalhando achando que as crianças estão em segurança e, de repente, não estão. Então, tem esta lei que em breve estará aqui em

Plenário, que proíbe essas ideologias de gênero e políticas nas escolas. A escola tem que cumprir com as matérias do currículo escolar. Então, gente, vamos dar foco realmente a defender as famílias, porque sabemos que a esquerda sempre agiu contra as famílias, separando filhos e pais. Teve aí uma psicóloga de esquerda que disse que a família é que traz a exclusão das pessoas. Então, é muito grave o momento que vivemos. Temos realmente que tomar muito cuidado. Para finalizar, ouvi a fala do Deputado Guerra, que bem colocou essa versão do Lula 2023, cheia de ódio. Poderia convidar o Deputado Arilson, que é muito amigo do Lula, poderia levá-lo em nossa igreja e vamos fazer uma sessão de oração para o Lula, quem sabe expulsamos os demônios que estão incomodando a vida dele, porque o Lula não era assim, gente, antigamente era um *Lulinha paz e amor*, todo mundo lembra. O que houve com o Lula? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O que será que aconteceu com o Presidente Lula, que ele mudou tanto a face dele? Ficou uma pessoa cheia de ódio, não respeita nada e nem ninguém, não respeita nem o Vice-Presidente, não respeita a Polícia Federal, o Ministério Público, o Judiciário. Não respeita nem os livros! Agora ele pegou uma antipatia pelos livros de economia, que diz que estão ultrapassados. Acho que ele nunca leu um livro, como é que vai falar que estão ultrapassados os de economia? Então, gente, o Brasil vive este momento delicado, mas acho que com muita oração e trabalho vamos, sim, colocar o Lula no caminho certo, e vamos torcer para que o Brasil dê certo, porque todos somos brasileiros e amamos a nossa Pátria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próxima oradora, no Grande Expediente, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Bom dia a todos. Acho que primeiro vamos passar um vídeo. (Apresentação de vídeo.) Bom dia a todos. Como veem, o nosso caminho já é trilhado há algum tempo. Bem, desde quando

nosso filho foi diagnosticado! Na verdade, costumamos dizer que somos abençoados. Acho que toda mãe de autista, na verdade, Deputada, é escolhida, é abençoada; nunca é uma cruz. Realmente, somos abençoadas para isso. Ana, você foi abençoada agora para isso, para ser uma tutora, na verdade. E isso já tem 10 anos. Desde o diagnóstico do Bernardo, não me contentei apenas em fazer o tratamento dele. Vou contar uma história para vocês bem rapidinho. Todas as vezes que chegávamos em um consultório, sempre tinha outra criança ali para ser atendida, e eu tinha certeza de que, a hora em que saísse ali do consultório, Cloara, sempre tinha a gente, eu como servidora pública, estava na Polícia Federal, sendo atendida pelo meu plano de saúde, e tinha ali uma ou duas mães que estavam sendo atendidas pelo SUS. Com certeza eu sairia com meu pedido e o médico encaminharia o Bernardo para uma fisioterapia, para uma fono, e aquela mãe sairia com o mesmo pedido, mas com certeza a criança não continuaria o tratamento. E aquilo me deixava muito aflita. E sempre falo que o que me fez sair da Polícia Federal, abandonar tudo, foi a vontade de fazer alguma coisa pelas outras crianças - foi o que me fez realmente continuar esta causa. E o que me fez entrar na vida política foi a vontade de ajudar essas outras mães. Falo sempre que a base da inclusão é a informação. E hoje, se temos o mês de abril para fazermos esta conscientização, temos que usá-lo muito bem. Quiçá pudéssemos usar todos os meses para fazer esta conscientização. Não podemos só usar o mês de abril, precisamos ter essa conscientização sempre, fazer os trabalhos aqui dentro sempre. Um mês só é muito pouco. Temos hoje a questão do diagnóstico precoce. Se todas as nossas mães, se todas as nossas famílias pudessem ter o acesso, teríamos muito mais crianças diagnosticadas e muito mais crianças também sendo tratadas. No ano passado, durante as campanhas, acho que todos vocês tiveram demandas. Semana passada fui levar o convite para a nossa Primeira-Dama e ela relatou isso, que, diante de tantas demandas que ela recebe como Primeira-Dama, uma das maiores, acredite, uma das maiores, muito mais do que outros pedidos, ela recebeu a questão do autismo. Então, ela falou: *Flávia, precisamos tratar muito disso. Cuidar muito disso, porque o autismo cada vez mais vem sendo demandado*. Então, alegre-nos saber isso da Primeira-Dama. Foi muito gratificante

pensar que estamos sendo abraçados também por isso; abraçados aqui também, como fui por vocês, na questão do autismo. Na semana passada encaminhamos o convite, amigos, para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para Secretaria de Segurança e também aqui para vocês. Conversei a respeito de dois Projetos de Lei falando de grandes aglomerações, quando temos brigas de torcidas principalmente, quando os policiais militares e os policiais civis se veem diante de grandes torcidas e não sabem, de repente não são orientados onde temos autistas, ou se deparam com autistas. Quando temos Síndrome de Down, pessoas com Síndrome de Down conseguimos pela fisionomia, pelas características diferenciar, mas e os autistas? Fui muito bem recebida pelo Cel. Hudson na Secretaria da Segurança, pelo Delegado-Geral, que já se dispuseram a ter dentro da Academia da Polícia Civil e também da Polícia Militar, fazer dentro da formação deles, da Polícia Militar e da Polícia Civil, um crédito, uma matéria para que os policiais recebam essa orientação ainda no curso de formação. Isso, para nós que somos mães de autistas, vocês não sabem quanto conforta o coração. Hoje meu filho é pequeno, mas ele já pede para ir a um jogo de futebol, e temos muito medo. Na hora de uma briga, na hora de um confronto, não sabemos se essa criança... O meu filho, hoje, na hora de uma briga, ele vai ficar parado, vai ficar estático. Não sabemos se o policial vai saber distinguir onde está o autista. Então, ficamos muito felizes em saber que a Polícia Militar, que a Polícia Civil também já está abraçando essa causa. Então hoje, gente, venho trazer este convite, mais uma vez falar para vocês que segunda-feira temos esse nosso encontro aqui. Teremos profissionais - que vou falar para vocês agora quem são - supergabaritados, já é o 10.º encontro que contamos com a presença deles: o Dr. Paulo Bittencourt, que é médico do Bernardo também, neurologista, neurofisiologista, 47 anos, que fala inclusive, não sei se o Goura está aqui, que defende aqui a questão da *Cannabis*; a Ledi Almeida, que é psicopedagoga; a Maria Helena, querida Maria Helena, que é psicóloga também, Maria Helena Jansen; o dentista especialista em odontopediatria, que é referência em atendimento para crianças autistas, com síndromes e deficiências; o Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, que foi uma grande surpresa, na Câmara de Vereadores, quando fiz um

evento sobre autismo, descobriremos que dentro da Polícia Militar temos a Associação de Pais de Autistas. Então, dentro da Polícia Militar já temos também uma associação com pais autistas. Para vocês verem que cada vez mais temos descoberto este mundo, este fantástico mundo de autistas. Muita gente pergunta: *Nossa, tem brotado?* Não é isso, não é que tem surgido mais autistas; autistas sempre existiram. Na verdade é que cada vez mais tem sido diagnosticados autistas. Sempre existiram. Cada vez mais, graças a Deus, têm sido diagnosticados esses autistas. E vamos contar com esse Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, que é pai de uma menina autista e que atuou como Presidente da Comissão para o Assunto Autismo dentro da Polícia Militar. Também um Major da Polícia Militar do Paraná que é pai de uma criança autista e possui pós-graduação em educação especial inclusiva, sem contar as inúmeras mães, pais, familiares, escolas, órgãos públicos, ONGs e Apaes e sem contar com os nossos amigos e Deputados aqui que também levantam esta bandeira. Conto com vocês, Deputado Bazana. Conto com vocês todos lá para nos ajudar nesta causa que é tão importante. É só mais um vídeo que vamos passar bem rapidinho. Posso pedir só mais uma colaboração de vocês: Se os Sr.^s Deputados puderem estar aqui com as gravatas azuis, com certeza este Plenário vai estar muito mais bonito. Obrigada. (Apresentação de vídeo.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Doutor Antenor. Vossa Excelência tem 15 minutos no Grande Expediente.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Bom dia a todas e todos. Minha saudação especial à Mesa, minha saudação ao povo do Paraná. Deputada Flávia, buscava um paralelo com aquilo que vou falar da sua luta, do seu ativismo. Defendo e já defendi várias vezes aqui que a sabedoria vem de dois lugares só na vida, não é dos diplomas que penduramos nas nossas paredes; a sabedoria vem da dor e vem de Deus, é dom. A vivência também estabelece esse vínculo com o saber cotidiano da dor e as mulheres são muito mais ativistas. Na década de 60, uma mulher desafiou o Brasil inteiro; ela se chamava Zuzu Angel e buscava o

corpo do seu filho Stuart Angel. Transformou-se em filme, para quem quiser ver a saga e a luta dela; transformou-se em música, se não me falha a memória do Chico Buarque, que é *Angélica*, e uma das frases, um dos fragmentos da música dizia assim: *Quem é essa mulher que canta sempre o mesmo estribilho: só queria acariciar, ninar meu filho que mora na escuridão do mar*. Stuart foi assassinado pela Ditadura Militar e as grandes suspeitas é que ele foi jogado ao mar. Zuzu também foi. Zuzu era da elite brasileira, era estilista, tinha dupla nacionalidade americana e, a partir dessa realidade de dor do sequestro do seu filho, estudante esquerdista, visto como comunista. Não falo nem o que significa o termo, não. Capítulo 2, versículo 42 dos *Atos dos Apóstolos* - primeiras comunidades cristãs - está escrito: *“E todos repartiam o pão e não havia necessidade entre eles. Vendiam suas propriedades e colocavam em comum, segundo a necessidade de cada um”*. Partilha fraterna do pão. Os primeiros cristãos. Durante 60 anos não existiam ricos e pobres, não existiam ricos e pobres. Está lá! Esses 60 anos viveram assim, mas o termo depois, quando Marx vai sistematizar e colocar a visão de estado dentro e a Revolução Russa vem com força, vem com dureza, ele é completamente distorcido. Mas, essa partilha fraterna do pão levou Stuart Angel, pela sua postura, a ser assinado e a mãe buscou até o último dia, como todas as mães fazem. A tua sensibilidade para o nosso mundo, para a diversidade que existe nele certamente nasceu da tua dor, que lhe tornou muito maior do que você já é por ser mulher, por ser mãe. Mas, também ir ao encontro daqueles que têm dificultado seu diagnóstico pela miséria, pela fome, uma realidade da classe média. Classe média que às vezes alcança os melhores especialistas, tem seu plano de saúde. A outra realidade, com todo o embate e a firmeza que o SUS propõe, é que, nas suas palavras, a pessoa não vai conseguir desdobrar e fazer o tratamento adequado. Então, meus parabéns. Mas, aproveito este gancho para falar de uma lutadora, mais uma do nosso Estado do Paraná, uma mulher chamada Izabel, que desde o dia 4 de outubro do ano passado busca o seu filho, estudante de medicina que estava no Paraguai e desapareceu, Antonio Augusto Manjinski. Essa companheira coincidentemente é de uma terra onde é origem do meu pai, que é no Pinhão, de uma sabedoria absurda. Ela morava nos Estados

Unidos, veio e está lá no Paraguai lutando, removendo montanhas para buscar o seu filho, que esperamos esteja vivo. E ela apelou que trouxéssemos até a Assembleia, que nos mobilizássemos e claro que assim o fizemos com outros companheiros, com a embaixada brasileira também; o líder nacional de juventude nosso, que lida com essa temática. Essa mãe busca, com a sua fragilidade, encontrar o seu filho, e é necessária a ressonância aqui no espaço público, porque são 150 mil jovens brasileiros que estudam medicina no Paraguai ou estudam no Paraguai. É preciso ter uma resposta, é preciso nos mobilizarmos para que os nossos filhos, aqueles que estejam longe também estejam protegidos. Então, o seu exemplo e o exemplo de Izabel, que parabenizo aqui, eles são emblemáticos para nós, como tantas mulheres aqui que tenho certeza de que nas suas vidas têm uma visão bem mais abrangente do que nós homens o temos. As mulheres são especiais nesse enxergar e é quase que padronizado no mundo todo. Claro que fruto algumas vezes do próprio machismo, que fez com que a mulher aprendesse a se defender perante a sociedade, defender-se no seu microcosmo do machismo, da violência, muitas vezes do abuso. Mas também não me furto aqui a falar ao Deputado Guerra. Deputado Guerra, o seu parente, Alceni, não sei qual que é o parentesco, sempre foi respeitado pelo Lula, que pensava diferente dele. Lula sempre o trouxe com respeito e o trouxe no coração pela postura, apesar de uma visão distinta. O Lula não é esse monstro. Queria falar um pouquinho do Sr. Sérgio Moro. Sérgio Moro estreia nacionalmente... Oportunamente o senhor vai ter; não gostaria que o senhor quebrasse o meu raciocínio. Sérgio Moro estreia nacionalmente no Mensalão, assessorando a Ministra Rosa Weber. Quando do Mensalão, do julgamento do Zé Dirceu, ele, assessorando a Rosa Weber, escreveu: *Não encontrava crime nenhum em Zé Dirceu, mas o rito jurídico permitia que Zé Dirceu fosse condenado*. Ali ele demonstra a sua visão: O juiz pode tudo, não precisa culpa de quem você está julgando. Era isso o que servia para a figura do Zé Dirceu naquele momento. E entendíamos quem era essa figura, que fica bem explicitada no caso do *hacker* que foi apresentado para o Brasil inteiro. A *Globo* mostrava o caso *hacker*. O que era o caso *hacker*? Quem de nós aqui sabe dizer? Walter Delgatti, da cidade de

Araraquara, *hackeou* o telefone do Sérgio Moro e dos Procuradores da Lava Jato. E lá estava o *modus operandi* do Juiz, que devia ser de fato imparcial e a Procuradoria tinha que apresentar as suas provas, o advogado defender e o Juiz julgar. Não! O Juiz estava mancomunado especialmente com Deltan Dallagnol, e os diálogos deles são evidentes. E quem não tiver um celular que compre, compre e faça um *Google* daquilo que estou falando. Tudo o que falo, pelo amor de Deus, façam um *Google* e procurem Walter Delgatti, procurem o relacionamento dele com a operação Lava Jato. Descubram isso, pelo amor de Deus! Não reproduzam essa verdade que não é factual, essa verdade que é mentirosa, que é dos padrões, dos manuais do nazifascismo - de repetir uma mentira até que se torne verdade. Pelo amor de Deus, procurem, senão o debate se torna muito distinto. Não somos professor de Deus, temos muito a aprender e aprendemos cotidianamente, mas não engolimos as mentiras repetidas cotidianamente. Essa figura colocada de proa não é verdadeira, e quero ver quem dos senhores aceitaria que mudassem a visão do trânsito em julgado como foi feito - na segunda instância já poderia condenar alguém, justamente para *ferrar* o Presidente Lula! Até então a verdade que prevalecia era outra, precisava de três julgamentos. Já no segundo se pôde condenar, tirar os direitos e prendê-lo. Quantos dos petistas, quantos e quantos! Um dia liguei para a Presidenta Nacional - o Lula estava com a caravana que sofreu atentado - e falei: *Gleisi, companheira Gleisi, ele está perto do Uruguai, diga para ir ao exílio, porque senão vai ser preso*. Ela disse: *O Lula não aceita isso. Ele prefere ir para masmorra*. E foi. Julgado em segunda instância! Vejam isso, pelo amor de Deus, estudem lá. Essa aberração jurídica ocorreu para prender o Presidente Lula, que teve que engolir, que não pôde ter o sentimento humano. O Lula não é Deus, o Lula é humano como nós. Qual de nós aceitaria ficar preso 580 dias porque é dono de um triplex que não tem a prova? Apresente. A vida desse homem foi vasculhada no mundo inteiro, procuraram *pelo ovo* e não acharam, aí as inverdades foram repetidas. E temos que engolir isso? Esse homem foi artífice da destruição - esse que é Senador agora -, da destruição do nosso Pré-Sal, da entrega do nosso Pré-Sal. Não podemos usar um terno, uma gravata e chancelarmos a mentira cotidianamente. Temos que trazer

às claras o que ocorreu. Não esqueçam: ver o Mensalão; ver a postura do caso do Walter Delgatti, *hacker* de Araraquara, que foi puxado pelo então Presidente Bolsonaro uma época para tentar *hackear* os Ministros da Suprema Corte; e a *Operação Spoofing*, que cria as condições de liberdade do Lula. O Lula não seria liberto, o Lula estaria preso até hoje. A *Operação Spoofing* foi quando foi dada ciência ao próprio Supremo das conversas vazadas do *hacker* de Araraquara, que estabelecia, que trazia à tona o diálogo entre Sérgio Moro e os Procuradores da operação Lava Jato. Todo mundo conhece o Glenn Greenwald, que recebeu o Prêmio Pulitzer de maior jornalista, é o maior prêmio, é o óscar de maior prêmio que tem na imprensa americana, com o *Caso Snowden*, que se torna filme e é premiado. Ele foi o cara que trouxe à tona justamente o caso do *hacker* e nós passamos ao largo, não olhávamos, não nos aprofundávamos, ficávamos com a versão colocada pelos grandes jornais, pela própria *Rede Globo*, e o Lula se tornou o criminoso, o ladrão. Não é verdade. Então, faço questão aqui de desmistificar essa figura que anda por aí como se fora um paladino. Não é! Não o é! Não o é! É preciso termos coragem. E agora muita coisa vai ser esclarecida. Por isso a preocupação com o Rodrigo Tacla Duran, que denuncia um esquema de corrupção para aqueles que fossem alvos da operação Lava Jato: a quem procurar, qual seria o caminho mais curto, o caminho mais correto, e ainda havia propina pelo meio. Essa acusação saiu agora. Então, é preciso esclarecer os fatos, senão vamos repetir. Não me importa, não posso ser injusto com o Governador Ratinho, não posso ser injusto com o Prefeito de Guarapuava, não posso ser injusto com o Bolsonaro, não posso ser injusto com ninguém; desde que eu tenha essa trilha, essa visão de mundo, não o serei. E um abraço para os meus companheiros que encontrarei no dia de amanhã, os faxinalenses do Paraná, que estarão no município de Pinhão, na Câmara de Vereadores. Vamos discutir a educação faxinalense, esse modelo de mundo que tem que ser mostrado para o Paraná, tem ser mostrado para o Brasil, da sustentabilidade, da preservação, da vida em abundância, das águas preservadas e da vida preservada. Ela é importante. E agradeço pela possibilidade desses esclarecimentos. Um abraço a todo mundo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Antes de passar a palavra ao Deputado Luís Corti, quero aqui fazer uma saudação aos Vereadores de Tupãssi, Sr. Lucas, Sr. José Arildo, Sr. Nelson Meyer e Luiz Perdoncini, a pedido do nosso Deputado Gugu Bueno. Próximo orador, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente Marcel, Sr.^s membros, Sr.^a membra dessa Mesa, Sr.^s Deputados e todos que prestigiam esta importante Sessão. O que me traz aqui, Sr. Presidente, V.Ex.^a que é do Bloco da Agricultura, foi a reunião no dia de ontem da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária com o Bloco encarregado de presidir e coordenar a reforma tributária no Brasil, um processo que se arrasta há tempo. E por que se arrasta há tempo, Sr.^s Deputados? Por que se vive um grande paradoxo: por um lado, o estado é voraz. Estado aqui compreendido é unidade formada por território, governo e povo, seja de um município, seja da unidade provinciana ou da unidade federal. O estado é voraz, o estado precisa da receita. Por outro lado, o contribuinte aguarda, Sr. Presidente, a tão ansiosa reforma tributária. E não espera por outra razão, caros Deputados, se não pela possibilidade de colocar um valor menor do que o seu suor que arrecada no dia a dia através do seu trabalho, não seja despendido pela voracidade da máquina estatal, que quem sabe leve em um ano quase quatro meses de trabalho do trabalhador para suprir a demanda da máquina estatal. O que me traz aqui hoje é a eminente Proposta de Emenda Constitucional, a PEC n.º 45, da Câmara dos Deputados Federais, a PEC n.º 46, de autoria do Senador Oriovisto, do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano, assinada já por 37 dos 81 Senadores, pela proposta que estará em discussão, onde o Brasil não pode arrecadar menos. Se arrecadar menos, não há recursos para tocar a máquina estatal, que é dispendiosa, a máquina estatal que é robusta, a máquina estatal que é grandiosa, a máquina estatal que é exigente. E o mecanismo, caro Antenor, da produção, o Custo Brasil tem que se viabilizar. E, buscando o histórico, Sr. Presidente, do que poderá acontecer na agricultura no dia do amanhã, esta Casa de Leis, Deputado Adão Litro, que já enfrentou na Legislatura passada alternativas de mexer na questão tributária do Estado do Paraná, colocando proposta de incidência para a cadeia produtiva da agricultura em

percentuais extremamente insignificativos, mas quando me debruço com a Emenda Constitucional n.º 45, com uma alternativa do 46 e vindo do Senado pela 110, ela vai causar espanto quando a categoria que move este País tomar conhecimento, quando presenciarmos, caro Antenor, que o cigarro terá a mesma tributação ou parecidíssima com o produto da cesta básica. O arroz tem uma proposta, que estava desonerado, para onerar em 12,70 - se onerar o arroz em 12,70, vai roubar de quem produz a receita bruta em 65,30. E se pegar o leite, que tem um Projeto de oneração, o Paraná aqui é o segundo maior produtor de leite, só perde para Minas Gerais, terá a possibilidade de onerar a cadeia do leite em 21,30; se isso acontecer, vai roubar do produtor de leite, caro Marcel Micheletto, do Bloco da Agricultura, Anibelli, Presidente da Comissão da Agricultura, 94,30 do que o nosso produtor vai receber. Setenta e sete por cento, caro Alexandre Curi, dos nossos produtores de leite são pessoa física e se a pessoa física for onerada não tenho dúvida nenhuma de que a agricultura vem de bruços, a agricultura se deita. Tem um dado aqui que é um dado extremamente positivo: a agricultura compõe 24,80 do PIB brasileiro, 23,90 da geração de emprego vem da agricultura; pasmem, senhores, pasmem, 47,60 da exportação vem da agricultura. Ao tributar a agricultura com um índice, hoje desonerada, nas condições que se pretende, meu caro Fadel, o Brasil perderá competitividade, não entrará recurso para a nação brasileira – metade do dinheiro que vem de fora vem pela agricultura e se não tivermos, Presidente Traiano, competitividade internacional, *foi-se o boi com a corda*. Venho aqui, caro Evandro Araújo, que trouxestes para esta Casa este debate, fazer um alerta para que possamos equilibrar a voracidade do *leão* com a capacidade de pagamento do tributo. O custo Brasil é a marca maior que precisa ser preservada. Era esse o registro deste Parlamentar nesta data tão histórica para a nação brasileira, e que esta Assembleia precisa estar vigilante no que acontece em Brasília em todos os seus aspectos. Era esse o nosso pronunciamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Indianópolis, Sr. José Antanuci Filho, o *Zaéli*, Sr. Wilson Lopes Sita, popular *Gancho*, e o Sr. Ademir Consani, o Demirzão, por solicitação

dos Deputados Marcel e Adão Litro. Sejam bem-vindos aqui na Casa. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas; e cumprimento também toda a população que está acompanhando a nossa Sessão. Mais uma vez, estamos com a presença aqui da representação do Fórum dos Servidores, a Vanderleia, o Bonfim, da Polícia Penal, representando aqui o Fórum da Segurança Pública, a Professora Wanda, o Professor Nilton, a Professora Walkiria, aqui também representando os servidores que não são da segurança, mas que estão juntos com a segurança, mais uma vez pedindo o apoio desta Assembleia Legislativa para a reposição salarial dos servidores. O mês de maio é o mês da data-base, que foi regulamentada por uma lei que conquistamos aqui em 2003, que regulamentou a Constituição Federal e também a Constituição do Estado, e tivemos por muitos anos o cumprimento da data-base, que parou de ser cumprida no segundo mandato do Governador Beto Richa e neste último período também, no mandato do Governador Ratinho Júnior, não tem tido o cumprimento, muito embora seja uma determinação constitucional de repor a inflação nos salários dos trabalhadores brasileiros, e aqui então temos um regramento que se precisa dar cumprimento a isso. Então, mais uma vez, o Fórum vem a esta Casa pedir o apoio para que o Governo pague a inflação e pague inclusive já a dívida legislada aqui. Temos uma lei e essa lei determinava 6,39; o Governo no passado, ainda o Governador Beto Richa pagou 3% e ficou devendo 3,39, e já tem decisão de instâncias superiores, lá em Brasília, já transitou em julgado e o Governo precisa pagar isso também, além da inflação dos últimos seis anos, que não foi paga aos servidores. O poder de compra caiu muito, porque tudo subiu e aí se compra bem menos. Chega-se a 42% de defasagem. Então, é como se um trabalhador trabalhasse 10 anos e quatro de graça - trabalha 10 meses, recebe por seis e quatro são gratuitos. E nenhum trabalhador aqui do serviço público está trabalhando gratuitamente por livre e espontânea vontade! Então, isso está errado, está trabalhando, aí o Estado precisa pagar o que deve aos servidores. Tivemos um problema ainda maior com os nossos aposentados, porque não tiveram

nenhum ganho e, ao contrário, tiveram uma redução de salário, porque, ao aumentar a contribuição previdenciária e ainda cobrar da fração do salário inferior ao teto do INSS, reduziu o salário líquido recebido pelos aposentados no Estado do Paraná, que também é outra demanda que o Governo precisa corrigir. Até dezembro de 2019 os servidores não pagavam, os aposentados não pagavam previdência abaixo do teto do INSS e passaram a pagar; tivemos estados que mantiveram a isenção na reforma da previdência, tivemos estados que passaram a cobrar mas já fizeram a revisão. O último estado a rever isso foi São Paulo, que percebeu a injustiça tremenda contra os aposentados e então, por proposição dos Deputados Estaduais de São Paulo, os Deputados todos assinaram o Projeto, os 94 Deputados assinaram o Projeto que foi proposto pela Deputada que preside a Apeoesp, que é o Sindicato dos Professores de São Paulo. Ela propôs e todos assinaram, um Projeto que apresentei aqui também, pedi aqui e vou pedir de novo para todos os Deputados e Deputadas serem autores e autoras do Projeto junto comigo, como fizeram os 94 Deputados de São Paulo. Aprovaram, isso foi publicado pelo Governador da época, em dezembro do ano passado, e o Governador atual de São Paulo, a partir de janeiro, retirou o desconto da previdência dos aposentados da fração do salário até o teto do INSS. Então, o Deputado Micheletto ajudou nesta discussão no mandato passado e podemos avançar juntos aqui, os 54 Deputados, assim como fizeram os 94 Deputados Estaduais de São Paulo. Aí, o Governador sancionando, retirando o desconto da previdência dos nossos aposentados, da fração do salário inferior ao teto do INSS, e também reajustando o salário na data-base, agora em maio, de todos os servidores e servidoras, ativos e aposentados, civis e militares, porque é necessário. Também quero falar aqui do edital do concurso para professores. Concurso para professores, pedagogos e pedagogas é necessário e é bem-vindo, agora o edital proposto precisa de alteração. O número de vagas, por exemplo, de 1.256 vagas, é muito pequeno o número de vagas. Temos mais de 20 mil cargos para concurso público para professores das diferentes disciplinas e para pedagogia, para pedagogos e pedagogas. Precisamos ampliar o número de vagas desse edital, não pode ser só 1.256 vagas. Temos mais de 20 mil colegas

professores com contrato temporário, temos também mais de 20 mil professores que têm apenas um cargo e têm aula extraordinária. Então, temos vaga para concurso. E a hora em que o professor é aprovado por concurso, por exemplo, previsto para este ano, então a contratação se dará lá no início do ano que vem. Ele terá três anos de estágio probatório. Quando vier o outro Governador ou a outra Governadora depois do Ratinho é que esses professores vão ter a primeira promoção na carreira. Então, ficarão no início da tabela, tal como é o professor de contrato temporário, não ganha mais. Então, por que não fazer o concurso para todas as vagas que existem? Dando condição para que os professores que estão há muitos anos trabalhando no Estado possam ingressar na carreira e evoluir na carreira, a partir dos três anos do estágio probatório. Então, outra reivindicação também é o valor do piso inicial. O edital traz um valor inferior ao piso nacional para 40 horas. Então, é preciso corrigir esse edital, para escrever nele o piso que está na lei, que não pode ser inferior ao piso nacional. Então, precisa corrigir isso. Está previsto começar a inscrição no dia 10 de abril, encerrando no dia 9 de maio. Então, temos tempo e o Governo pode, antes do dia 9 de abril, começar as inscrições e corrigir esse edital, colocando mais vagas e também colocando o piso nacional para o início da carreira, que é exigido para o concurso público, que é ensino superior. Então, é muito importante que o Governo cuide dessas reivindicações apresentadas pela educação, através da APP-Sindicato. Cuide também de atender as reivindicações apresentadas pelo conjunto dos servidores, que se organiza pelo Fórum. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Concluindo. É muito importante também que o Governo atenda e acolha as reivindicações do Fórum dos Servidores, que representa todos os servidores do Estado do Paraná, com relação à data-base e com relação à suspensão do desconto da Previdência da fração do salário que é inferior ao teto do INSS.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, ontem fiz uma pequena introdução a respeito do tema que gostaria de falar hoje, que é um tema que tem um apelo e um espaço muito grande na mídia desta semana, porque envolve a questão da segurança escolar. Estamos acompanhando, estamos ouvindo e vendo todos os dias nos noticiários a triste informação da fatalidade ocorrida lá no colégio no Estado de São Paulo, quando um menino de 13 anos acabou esfaqueando algumas pessoas, incluindo professores e alunos, e uma professora de 71 anos que, por ataque cardíaco, veio a falecer. Mas, quero puxar um pouquinho na história, Deputado Nelson Justus, e lembrar aquela fatalidade ocorrida na Boate Kiss. Quem não se lembra daquela fatalidade, onde centenas de jovens com toda uma vida pela frente acabaram morrendo por uma questão de segurança estrutural, falta de sinalização, falta de porta? Aquela fatalidade ocorrida lá na Boate Kiss fez com que um trabalho de brigada fosse feito nos colégios de forma obrigatória. Aquela falta de alvará, aquela falta de controle, aquela incapacidade estrutural de dar vazão a uma situação de emergência fez com que medidas e leis fossem criadas, para que a segurança fosse garantida em estabelecimentos de grande quantidade de pessoas, de grande circulação de pessoas. Infelizmente, em algumas situações, Deputado Bazana, a fatalidade precisa vir primeiro para que a resposta seja dada. Vimos esta semana uma situação que mais uma vez não foi a primeira, que torcemos e desejamos, mas muito provavelmente não será a última fatalidade em colégios. Mas, aqui no Estado do Paraná, um trabalho preventivo já vem sendo desenvolvido, Deputada Flávia. A Secretaria de Educação, junto com a Polícia Militar, Secretaria de Segurança, o Batalhão da Patrulha Escolar já vêm desenvolvendo um projeto de capacitação e orientação de servidores, alunos da comunidade escolar para enfrentarem esse tipo de situação. O treinamento de segurança escolar avançado, inicialmente chamado de *agressor ativo*, tem por objetivo a capacitação da direção, dos professores, dos servidores e dos alunos para um momento de emergência. Recebi no dia de ontem o Major Costa, a

Capitã Marília, a Tenente Jisiane e o Cabo Jardel, representando a Polícia Militar, também a Juliane Fonseca, representando a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, juntamente com a Daniela Crotti, que é a Diretora do Colégio Estadual Cívico-Militar Ermelino de Leão, e também a Diretora auxiliar Patrícia, dizendo-me sobre o projeto-piloto que foi realizado na última sexta e sábado lá dentro do colégio. O treinamento começou, Presidente Traiano, quando a capitã chegou para a diretora Daniela e perguntou a ela, na sua sala, na sala da direção: *Professora Daniela, o que a senhora faria se uma situação de risco acontecesse aqui no colégio? Se um homem ou uma mulher invadissem com uma arma branca, uma arma de fogo, entrasse pelos corredores do colégio e a senhora tomasse conhecimento disso?* A diretora respondeu para a capitã, Deputada: *Eu sairia gritando para alertar as crianças.* A resposta da capitã: *Provavelmente, Diretora, a senhora seria a primeira a ser atingida.* Porque na emoção e no momento de tensão o invasor acaba sendo direcionado para aquele que provoca o maior alarde, que chama maior atenção. É esse tipo de situação que precisa ser trabalhado. O que fazer, de que forma fazer? E esse trabalho foi realizado, Presidente, nesse colégio cívico-militar. O Governador de Rondônia mandou seus representantes. A Secretaria de Educação, através do seu portal virtual, fez um curso de capacitação na última semana com mais de 2 mil inscrições para que as pessoas pudessem entender, compreender e aprender como enfrentar esse tipo de situação. Esse vídeo está sendo preparado justamente com aquilo que aconteceu na última semana e será divulgado e propagado para todos os colégios do Paraná e eventualmente para quem mais quiser fora do Estado do Paraná. Mas sabe o que é curioso, Presidente? É que teve um diretor ou, melhor, um professor na sala de aula que disse aos alunos daquela turma: *Isso é besteira! Isso é um exagero! Isso nunca vai acontecer! Nós não precisamos disso.* E acabou criando, Deputado Micheletto, uma dificuldade para que aqueles alunos participassem do treinamento. Evidentemente que o treinamento foi autorizado, os pais foram consultados, os alunos especiais foram retirados para uma sala separada, para que não fossem envolvidos com aqueles barulhos, com aquelas ações diferenciadas, mas esse professor dificultou que aquela turma participasse

do treinamento. A fatalidade aconteceu na segunda-feira e na terça-feira o professor foi questionado pelos alunos: *Quer dizer, professor, que não precisamos saber lidar com esse tipo de situação? Quer dizer, professor, que se acontecer aqui na nossa sala, no nosso colégio, a nossa turma é a única que não saberá o que fazer no momento de crise?* O professor, sem ambiente escolar, pediu a conta. Nunca imaginamos que situações dessa gravidade, dessa complexidade, com essa envergadura chegarão perto de nós. Mas, e se acontecer? E se chegar, o que faremos? O que faríamos aqui na Assembleia se algo parecido acontecesse? Qual a orientação, Deputado Tercilio, V.Ex.^a que é um médico consagrado, professor, qual a orientação que temos? Este aluno de 13 anos já havia sido transferido de outro colégio, boletim de ocorrência já tinha sido feito naquele colégio por conta de ameaças, por conta de propagação de imagens de armamento, de pistola e ele simplesmente foi transferido. O tratamento psicológico foi ofertado, mas infelizmente a mãe e ele não compareceram nas audiências e nas consultas que foram marcadas por três vezes. Porque os sinais, Deputado Antenor, já tinham sido apresentados pelo aluno, ele já tinha sido transferido, diretores e professores já tinham alertado, infelizmente, o novo colégio. Infelizmente, os novos alunos e amigos acabaram sendo alcançados por essa fatalidade. Mas, o que quero destacar aqui é que no Paraná está sendo feito um trabalho importante de prevenção, orientação e capacitação, um projeto ainda piloto, mas um projeto importante e necessário. E quero aqui aplaudir a segurança pública através do Batalhão Escolar, quero aplaudir a Secretaria de Educação, através da sua servidora Juliane e toda a sua estrutura, quero aplaudir a diretora Daniela, do Colégio Cívico-Militar Ermelino de Leão, porque esse projeto-piloto certamente fará muito bem para todos os colégios estaduais do Paraná, quiçá do Brasil. Esperamos e torcemos que não precisemos desse tipo de capacitação, esperamos e torcemos que fatalidades como essas não alcancem, Deputado Ney Leprevost, nenhum outro colégio do Paraná e do Brasil, mas, se assim acontecer, certamente orientados, capacitados e treinados, saberemos muito melhor como lidar com a situação. Esta é a obrigação do Estado, este é o dever... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): ... este é o dever do poder público e esta é a atitude que está acontecendo no Estado do Paraná. Parabéns a todos os atores deste belo projeto; mas, mais do que o projeto, Deputado Moacyr Fadel, precisamos da ação. O projeto-piloto já aconteceu, mas precisamos multiplicá-lo, precisamos avalizá-lo, precisamos fazer com que esse projeto piloto bem sucedido, implantado e ocorrido aqui no último final de semana possa ser levado aos mais de 2 mil colégios estaduais do Paraná e quiçá Brasil afora. É essa uma atitude preventiva, é essa uma atitude pró-ativa, é essa a ação que temos hoje ocorrendo no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Vera Cruz do Oeste, Sr.^a Juliana Lopes de Abreu e Sr. João Donizete Ponciano, dos Vereadores de Sertaneja, Cornélio Nogueira Neto, Fábio Pimenta e Mayk Andrade, e do Vereador de Anahy, Luciano Ribeiro, por solicitação do Deputado Adão Litro. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente Ademar Traiano, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, subo a esta tribuna porque hoje é uma data muito especial, hoje são comemorados os 330 anos da nossa Curitiba. E faço questão de dizer *nossa Curitiba* porque já ouvi de muitos que administraram esta cidade, aliás, de muitos não, de alguns a expressão *minha Curitiba*. Não existe *minha Curitiba*, existe *nossa Curitiba*. Curitiba é de todos nós, e Curitiba é o que é graças a nossa gente. Esta cidade que outrora foi a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais é hoje uma das cidades mais pluralistas, inclusivas e solidárias do Brasil, graças à convivência das pessoas das mais diversas etnias, das mais variadas origens étnicas, das mais plurais camadas sociais, dos mais diferentes gêneros, de forma amigável, respeitosa e solidária, e ninguém irá destruir isso em Curitiba, por mais que tentem, por mais que se esforcem. Curitiba é uma cidade

onde vivem de forma respeitosa os indígenas, descendentes dos indígenas que habitavam estas terras com os descendentes dos portugueses, franceses, holandeses que vieram para cá na época da colonização do Brasil, com os afrodescendentes que para cá foram trazidos durante o período da chaga da escravidão, com os descendentes de alemães, ucranianos, italianos que vieram para cá trabalhar nas terras do Brasil, que se miscigenaram também com os orientais, os japoneses, os chineses e depois vieram também os judeus, os sírio-libaneses. E é isso que faz de Curitiba a Curitiba que amamos, esta cidade onde existe um pouquinho da cultura de cada lugar do mundo - cada pedacinho de Curitiba é um pedacinho do mundo. Às vezes brinco, Deputado Tito Barrichello, que vivemos no planeta Curitiba, porque existem bairros desta cidade que são pedaços de outros países dentro do Brasil. Santa Felicidade, por exemplo, que é uma colônia italiana; o Abranches, que têm muitos ucranianos e poloneses; e quando você vai para a região do Sítio Cercado, do Bairro Novo, você encontra também muitas pessoas que são brasileiras, vindas do Nordeste ou paranaenses pés-vermelhos, vindos do Norte do Paraná e do Norte Velho do Paraná - assim acontece em cada bairro da cidade. Não podemos perder essa riqueza cultural, não podemos perder a capacidade de respeitar os diferentes. Então, hoje estou nesta tribuna para dar parabéns a você cidadão curitibano, a cada pessoa que ajuda a cuidar da nossa cidade. Na semana passada fiz aqui um evento dos 330 anos de Curitiba e o nosso principal homenageado foi o Aparecido, que é servidor da limpeza pública, tem 16 anos de trabalho na limpeza pública, é corredor de rua, conhece nossas ruas como ninguém e nunca tinha sido homenageado na vida. O Aparecido emocionou-se, chorou neste Plenário e foi aplaudido por mais de mil pessoas presentes. E a cada Aparecido que temos em Curitiba, desde o servidor da limpeza pública, passando pela enfermeira, pelo médico, pelo policial militar, pelo empresário, pelo comerciante, pelo trabalhador, pela dona de casa que quero cumprimentar no dia de hoje. Curitiba é a soma dos esforços que todos fazemos pela cidade, da dedicação, do trabalho, da criatividade e da solidariedade que cada um de nós impõe à sua força diária. Nasci aqui, emociono-me quando falo de Curitiba. Nasci na Maternidade Nossa Senhora de Fátima, estudei na minha

infância na Escola Estadual Nice Braga, no bairro da Santa Quitéria, depois estudei também no Colégio Bom Jesus, no Colégio Marista Paranaense, no cursinho do Positivo e ingressei na Faculdade de Direito de Curitiba, fiz até o quinto período, mudei para Administração, formei-me em administração de empresas e fiz MBA, pós-graduação em administração e gestão de cidades na Uninter, que é uma universidade curitibana. Aqui nasceu meu filho Pedro, de 12 anos, maior amor da minha vida, aqui vivo feliz com minha mulher Carina. E Curitiba sempre foi muito generosa comigo, deu-me a chance de ser o Vereador mais votado do Paraná, de ser o Deputado mais votado de Curitiba em uma eleição e nesta última eleição o Deputado mais votado da Grande Curitiba, que é a soma dos 75 bairros da nossa cidade com os 29 municípios da Região Metropolitana. Tudo o que tenho nesta vida devo a Curitiba. A minha mulher é curitibana, meu filho é curitibano e as minhas grandes vitórias na política foram em Curitiba. Então, quero hoje agradecer aos curitibanos e parabenizar a todos que trabalham pelo bem da nossa cidade. Quero também dizer que Curitiba tem desafios a enfrentar no futuro, e esses desafios exigem experiência política, coragem, determinação, firmeza. A transformação que queremos fazer nos bairros mais humildes, para deixá-los com estrutura semelhante à que existe nos bairros centrais da cidade, exige alguém que tenha responsabilidade com os valores humanos, com os direitos dos menos favorecidos, que tenha visão de futuro. Curitiba não é para amadores, Curitiba não é para inexperientes, Curitiba é cidade para ser administrada por quem tem pulso firme, amor no coração, solidariedade e principalmente respeito ao ser humano. Curitiba é de todos, e trabalharemos para que cada vez mais ela seja uma cidade inclusiva e para que nenhum bairro, nenhuma vila sejam esquecidos pelo poder público, que precisa ser mais eficiente.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado, o senhor me daria um aparte?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Logo em seguida, Deputado Tito, com muito prazer. Temos problemas a enfrentar na área de transporte coletivo, de trânsito - debateremos isso nas próximas Sessões -, na área da saúde, mas hoje a

palavra não é de crítica, é de gratidão. Gratidão à boa gente de Curitiba, a todos aqueles que fazem de Curitiba não a república de Curitiba, porque não somos e não pretendemos ser uma república como tentaram jocosamente os réus de uma operação federal colocar essa alcunha em Curitiba, somos da República Federativa do Brasil e somos a cidade sorriso, com muito orgulho da República Federativa do Brasil. Um aparte ao nobre Deputado, meu colega Tito Barichello, Delegado e Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir, por favor.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Utilizo rapidamente a palavra aqui para desdizer o Deputado Antenor, data máxima vênua, em relação ao vitimismo levado a ele nessa tribuna, nesta Casa Legislativa em relação ao Presidente da República, Sr. Luís Inácio da Silva, afirmando que é vítima em relação ao sítio de Atibaia, afirmando que é vítima em relação ao triplex do Guarujá. Não vamos propagar, Doutor Antenor, *fake news*. Sabemos que em relação ao mérito foi considerado culpado, que praticou conduta típica, antijurídica, culpável e punível, que se apropriou de patrimônio público, que foi corrupto e que não foi perseguido por um juiz, porque foi denunciado pelo Ministério Público, foi indiciado pela Polícia Federal, foi condenado em primeiro grau. ... **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação do Presidente Ademar Traiano, acatada pelo Deputado Delegado Tito Barichello, foram suprimidas expressões ofensivas proferidas durante o discurso do Parlamentar.)** Tudo mudou porque consideraram que deveria ter transitado em Brasília... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, o Senhor Presidente Ademar Traiano solicitou ao Deputado Delegado Tito Barichello a supressão de expressões ofensivas proferidas durante o discurso do Parlamentar.)** ... Essa é uma decisão da

Justiça. Se ela interpreta assim... Mas ontem fiz um apelo para que nos mantenhamos nas falas. Com a devida vênica, peço a V.Ex.^a que compreenda.

Deputado Delegado Tito Barrichello (UNIÃO): (Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação do Presidente Ademar Traiano, o Sr. Deputado Delegado Tito Barichello concorda com a supressão de expressões ofensivas proferidas durante o discurso do Parlamentar.) ... afirmar que praticou crime, praticou crime de corrupção e que a decisão judicial ocorrida pela Corte Constitucional foi em relação à incompetência territorial e em relação à teórica parcialidade do juiz de primeiro grau. Mas, vamos lembrar que foi indiciado pela PF, denunciado pelo MPF. O TRF4 disse... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O tempo encerrou, Deputado. Por favor, para concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Apenas para concluir, Presidente. Obrigado pelo aparte, Delegado Tito. Quero dizer que o Ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto dizia que o *Paraná é terra de todas as gentes*. Curitiba é a terra de todas as gentes, e nós aqui respeitamos a todos. Esforçamo-nos para fazer a cidade cada vez mais pluralista, respeitosa e uma cidade inclusiva. E é essa que vai ser a luta que travaremos nos próximos anos. Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns à boa gente de Curitiba pelo aniversário da nossa cidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero aproveitar aqui a presença da Vanderleia, do Sindarspen, em meu nome e em nome de todos os colegas, até porque não é uma causa de Governo e nem de Oposição, é uma questão da Assembleia como um todo. Tivemos uma série de avanços aqui em relação à carreira da Polícia Penal, agora Polícia Penal, porque anteriormente não era. Então, quero agradecer a todos os colegas. Avançamos muito, alcançamos muitas conquistas. Mas, já foi! Agora temos um novo Projeto que chegou nesta

Casa, Presidente, e que vamos pedir que seja votado com uma certa urgência, que é a implantação do Conselho da Polícia Penal. Esse Projeto vai ter um papel importante na vida dos agentes penais, dos Policiais Penais, e faço desde agora o pedido aos líderes partidários que nos ajudem para que possamos tramitar, porque é preciso que esse Projeto, Sr. Presidente, tenha a eficácia, por diversas razões administrativas, antes do mês de maio. Então, vou pedir ao senhor, vou pedir ao Presidente da CCJ, o Tiago Amaral, que possamos todos aqui, é uma causa de todos, apressar a votação desse Projeto. Claro, se algum não concordar, faz parte do processo democrático, mas que possa tramitar com rapidez. (Aplausos.) Presidente, também quero ressaltar aqui... As palmas vão para todos os colegas aqui. Quero ressaltar aqui, Presidente, a iniciativa de V.Ex.^a, da Mesa, junto ao Governo do Estado, em um projeto fantástico que visa a pavimentação em ruas de chão, não recape, de cidades, em um primeiro momento, até 7 mil habitantes. Asfalto é saúde, asfalto é qualidade de vida, asfalto é desenvolvimento, Marcel Micheletto que já foi Prefeito. Uma das coisas que mais me pediam quando fui Prefeito de União da Vitória, em cada canto que fazia reunião, era pavimentação urbana. Em todo lugar, as pessoas querem em primeiro lugar asfalto. Portanto, vamos avançar com esse Projeto e a participação da Assembleia é fundamental e é importante, Moacyr Fadel, que foi Prefeito, e neste momento começando com 7 mil habitantes; posteriormente para 10, 12, enfim, para onde possamos chegar. Deputado Requião, por gentileza.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Hussein, acho que esse Projeto é importante, mas costumo dizer e acho que o senhor vai concordar comigo, o senhor que já foi Prefeito, que todo mundo quer asfalto, mas antes do asfalto temos que lembrar de fazer o pluvial, fazer o esgoto, fazer o calçamento, fazer o elétrico, porque cansei de ver - e acho que o senhor também - Prefeitos que colocam o asfalto para depois ele ser destruído para colocar infraestrutura e ter que refazer de novo. Acho que temos que tomar só esse cuidado com o planejamento junto das Prefeituras, para que façamos a infra e na sequência o asfalto, para não ter que ser feito duas vezes.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Requião, a preocupação de V.Ex.^a é válida, mas quero dizer para V.Ex.^a que um dos pré-requisitos para a implantação do asfalto por parte da Secretaria das Cidades é que tenha toda essa infraestrutura. Portanto, o senhor pode ficar seguro que isso estará garantido. Portanto, teremos nos próximos dias o lançamento e todos os Deputados serão convidados, em uma atitude louvável da Mesa, Deputados e Deputadas, por favor. Curitiba, 330 anos. Era menino, meu amigo Romanelli, era um *piá* bonito aquela época. Faz tempo, não é?

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O senhor é bonito até hoje, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. O senhor mora no meu coração.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Um aparte, Deputado Hussein. Um menino bonito e modesto, pelo jeito.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E modesto. E eu, Presidente, fui convocado pela Seleção Paranaense de Futebol de Salão. Joguei por União da Vitória - hoje virei a bola, mas jogava na seleção paranaense. E para nós era mágico vir para Curitiba. Pegava o ônibus da Estrela Azul ainda menor, autorizado pelo meu pai, e vinha na rua 13 de Maio, onde era a sede, e ficava. Joguei por um ano na seleção paranaense. Despertava uma magia em nós. A primeira vez que fui à Arena da Baixada, ainda naqueles tempos anteriores..., e hoje me vejo aqui praticamente morando nesta cidade que acolhe milhares de paranaenses que vêm do Interior e merecem o nosso carinho, nosso respeito. E daqui vai o meu cumprimento a Curitiba pelos seus 330 anos. Parabéns, Curitiba! E que possamos viver em paz nesta bela cidade por muitos e muitos anos. Senhor Presidente, quero também manifestar aqui o meu agrado e a minha concordância com o discurso de um dos meus Vice-Líderes, o Deputado Artagão. Parabéns, Deputado Artagão! Vossa Excelência foi assim de uma praticidade no discurso, o senhor trouxe uma informação importante e acho que temos que avançar no âmbito da Comissão de Educação. O senhor pode contar comigo nesse projeto no Governo do Estado que simula invasões em escolas e promove esse debate, capacitação,

enfim. Estou dizendo aqui de público: Pode contar comigo. E parabéns por o senhor estar encabeçando todo esse processo. Está bom? Presidente, quero também finalizar dizendo que quero aqui nesta Casa promover sempre um debate amplo. Nesta Liderança do Governo quero reafirmar, Presidente, o desejo de continuar tendo uma boa relação, atender os nossos Deputados que compõem a Base – sempre procuro, não tem hora. Podem mandar *WhatsApp*, ligar. Nem sempre consigo resolver, mas me esforço. Quero reafirmar o meu respeito à Oposição, que tem feito o seu papel de forma respeitosa. O meu respeito a todos, em nome do Líder Requião. Não se afastam do papel deles, mas também sabem respeitar. E sempre que possível vou poder atender, dar aparte, responder, enfim, fazer o processo democrático andar. É isso que queria dizer. Um forte abraço a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, antes da fala do Deputado Arilson, imagino que V.Ex.^a tenha trazido para dentro desta Casa a habilidade sua de driblar, fazer embaixadinha, fazer bons relacionamentos como Líder do Governo. Veio do futsal com certeza, não é?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Requião está dizendo que inclusive o drible.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vossa Excelência dribla muito bem aqui também.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Exatamente. Com respeito sempre.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Habilidoso. Tabelinha, tabela bem com os Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Isso. E finalizo bem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): E finaliza bem, concordo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, Presidente. Vindo do senhor é uma honra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson com a palavra.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Bom dia, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas também e todo o público presente. Hoje estou aqui para falar de um tema importante, na verdade para fazer uma grave denúncia, mas muito grave pelo jeito. No dia 28 de março, agora, foi instalada por esta Presidência - e agradeço ao senhor, Presidente - a *Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas*, que tem por objetivo tratar de temas específicos, como privatização e administração direta e indireta dessas empresas estatais. Todos os Deputados aqui estão convidados a participar. Vai ser uma Frente em defesa da Compagas, da Sanepar, da Ceasa, da Celepar e em especial da Copel. E por que falo da Copel? Porque a Copel está em um processo de privatização. Hoje também é importante falar da Copel porque no próximo dia 31 teremos a última audiência de conciliação entre o Itaú Unibanco e a Copel, em um processo denunciado por nós aqui, omissão das contas da Copel. Eu e a Deputada Federal Gleisi Hoffmann entramos com pedido de *amicus curiae* no processo e o Ministro Ricardo Lewandowski recebeu essa petição com memorial, ou seja, vai considerar os elementos para a decisão – tudo o que levamos de informação e que não estava nos autos sobre a privatização da Copel. Mas, grave mesmo é o que chegou para mim esta semana e, claro, de forma prudente, não vou sair julgando e criticando, mas vou levantar aqui algumas coisas. Assim como a dívida do Itaú, a Copel e o seu *compliance*, tudo indica que omitiram mais um caso bilionário no seu balanço, uma espécie de erro - como foi feito com as Lojas Americanas, que sabemos no que deu. A Copel tem relações e contrato com várias empresas, mas entre estas aqui principalmente: a CER, que é a Companhia de Energias Renováveis; a Celer – Centrais Elétricas do Rio Ribeira S.A.; o Fundo de Investimento em Participação e Infraestrutura; a GRP Empreendimentos S.A.; e a Cesa – Confluência em Energia S.A. Trata-se de um processo sigiloso que corre

dentro da empresa e, pela denúncia que nos chega, uma dívida no valor de R\$ 600 milhões. Refere-se a um contrato de fornecimento de equipamentos para parques geradores eólicos da Copel no Rio Grande do Norte, ou seja, foi o fornecimento daquelas pás gigantescas e outros equipamentos para esse parque. Ocorrem conflitos e divergências em causas contratuais e isso gerou uma demanda, um procedimento de arbitragem. Arbitragem é um modelo que se tornou comum entre as grandes empresas para se discutir um processo que era oriundo do Judiciário. Foi feita uma conciliação no caso aqui pela Câmara Brasil-Canadá de Arbitragem e nessa Câmara de Arbitragem a Copel teve decisão contrária, e no sistema de arbitragem não cabe recurso. A sentença de arbitragem gerou uma dívida imensa para a Copel. Para vocês terem uma ideia, o valor é de R\$ 3,5 bilhões. “B” de bola! A Copel vale R\$ 25,7 bilhões, segundo as suas ações publicadas na Bolsa; 3,5 é a ação omitida do balanço da Copel. Estou com o balanço aqui publicado, há um valor feito registro para arbitragem. No ano de 2021 se refere a 670, mas o valor da dívida é de 3,5 bi - mais do que 10%, quase 15% do valor da própria empresa. Essa questão não foi contabilizada, porém a Copel entrou com uma ação anulatória contra essa decisão de arbitragem no Tribunal de Justiça do Paraná, em segundo grau, e já se mostrou que a chance é remotíssima. Esses valores não constam no relatório 20-F, que é entregue na Bolsa de Valores de Nova Iorque. E aí vem o meu questionamento: Esses dados foram divulgados ou não de fato pela empresa? Por que o processo está em segredo, se não há informações de caráter comercial ou atuação ou estratégia empresarial? E o princípio de uma empresa pública listada na Bolsa de Valores do Brasil e de Nova Iorque, no nível dois? Essa suposta ocultação no balanço da empresa não fere as regras e pode ocasionar um transtorno para...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Deputado Arilson, desculpe-me. Antes do finalzinho, o senhor me dá um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Claro.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Cortou o meu raciocínio.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Quer que eu peça desculpas ajoelhado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não, está bom. Ou operar no nível dois da Bolsa de Valores – isso pode ocorrer um problema muito grave. Outra pergunta que venho fazendo é: Qual cláusula contratual foi descumprida pela Copel, que gerou esse contrato de arbitragem? Então, esse processo de privatização feito *nas coxas* aqui na Casa desconsidera inclusive esse passivo. Aliás, pelo jeito nem o Estado sabe desse passivo. O que venho colocar aqui, na condição de Coordenador dessa Frente Parlamentar, é que no dia 17 próximo vamos fazer uma Audiência Pública referente à Copel, inclusive para arguir fatos como esses colocados. Não quero ser imprudente, mas as denúncias pairam também na forma como está sendo feito todo esse procedimento, porque a Copel não poderia contratar o serviço de estudo para sua própria privatização. Parece que é o gado escolhendo em qual abatedouro vai ser morto. O Estado do Paraná, que é o maior acionista, se é o interessado em fazer a privatização, deveria ter feito ele os contratos. E, pasmem, olhem os valores dos contratos: Banco Genial, avaliação das ações, em torno de R\$ 7 milhões; Ernst & Young, coordenar a venda, R\$ 6 milhões; Stocche Forbes, assessoria jurídica, R\$ 5 milhões; Banco BTG, olha o nome do Banco BTG aparecendo pela primeira vez na história da Copel e em breve vamos falar mais do Banco BTG, R\$ 10 milhões. Sobre esses contratos todos feitos este ano, em fevereiro, a Copel tem o dever de informar à sociedade. Apresentei um pedido de expediente que está para ser votado no final da Sessão e quero pedir o apoio de vocês para que aprovemos isso, e a Copel tem o direito de publicizar isso para esta Casa e para a sociedade paranaense. Não estou acusando, recebi as informações e estou questionando se isso é verdade. Se for, três bilhões e meio aqui com três bilhões e meio do Itaú, que é aquela ação que está lá para se cederem ações da Copel para o Itaú, vamos ter 7 bilhões não demonstrados em um balanço de uma empresa que vale 25, ou seja, vamos ter aí quase 30% em dívida omitida. Deputado Hussein.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Vossa Excelência, como Deputado da Oposição, está no seu papel. Vossa Excelência recebe uma denúncia, tem que trazer, mas quero dizer para V.Ex.^a, com o devido respeito, que o balanço da Copel, auditado pela Deloitte, CVM, SEC Americana, todas revisaram. Evidentemente que os dados que V.Ex.^a traz não vão ficar sem resposta. Peço que V.Ex.^a me traga porque eu reafirmo, a Copel tem a segurança total e a garantia de que os seus balanços são balanços sérios, críveis e que passaram por todas essas auditorias. Mas, enfim, V.Ex.^a tem e se V.Ex.^a tiver a autoria da denúncia facilita ainda mais. Se for uma denúncia anônima, também não tem problema, vamos pegar igual à denúncia. Traga, porque vou levar à direção da Copel e vou trazer a resposta para V.Ex.^a, porque afinal V.Ex.^a está no seu papel e eu estou no meu. Muito obrigado por V.Ex.^a ter me dado o aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bom, Deputado. Vou entregar as cópias. Assim que acabar a fala aqui, entrego para o senhor os documentos e o senhor encaminha. Mas, o que quero colocar? É uma situação muito séria. Pode ser que não seja verdade, mas está estranho esse processo, porque a própria Copel está contratando os estudos para ela se vender. É uma coisa absurda, imoral na verdade. E por que está sendo feito isso? Porque se isso fosse pelo Poder Executivo, teria licitações e atrasaria muito o processo. O processo veio célere para esta Casa, foi feito aqui no dia que entrou o Projeto de Lei até sair - foram sete dias e já estava publicada a decisão de transformar a Copel em corporação. Como não tem acaso na política, não tem coincidência. Está cheirando muito mal. A informação do Itaú está pública agora por causa de uma denúncia da Oposição e agora pelo jeito esta também vai ficar pública. Agora, o estranho mesmo é a Copel não ter colocado isso. Não estou questionando a qualidade dos auditores da Copel, estou questionando aqui a Copel empresa não fazer o seu papel de informar à sociedade paranaense... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para concluir. A Copel deveria tratar isso de forma pública, até porque ela opera na Bolsa de Valores. E quanto à sentença colocada, como não prejudica a estratégia comercial, como não prejudica nada de futuro da empresa, é uma coisa já pacificada, inclusive julgada, está estranho demais isso - e isso pode atrapalhar o processo. Estou com medo que até o fim desse processo descubramos mais coisas ainda. Então, quero esclarecimentos e vou pedir aqui a atenção dos Deputados para votarmos o Requerimento para esclarecimento do povo paranaense. Aliás, a Copel é nossa, de todos nós, inclusive e principalmente do povo do Paraná, e estamos falando de bilhões, bilhões com “b” de bola, ou seja, muita coisa que depende do patrimônio público paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa do Vereador de Francisco Beltrão, Jean Emiliano. Seja bem-vindo. E dos Vereadores de Cascavel, Carlos Xavier e Josué de Souza, por solicitação do Deputado Batatinha. Ainda comunico aos Sr.^s Deputados que o Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Romanelli, e o Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Evandro Araújo, comunicam que os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda irão apresentar aos Sr.^s Deputados, nos dias 3 e 10 de abril, a funcionalidade do portal de transparência. Todos estão convidados. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto

(PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) **(48 Parlamentares)**; **Deputado ausente com justificativa:** Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 Inc. IV do § 3.º **(1 Parlamentar)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Alisson Wandscheer (PROS), Cristina Silvestri (PSDB), Fabio Oliveira (PODE), Márcia Huçulak (PSD), e Reichembach (PSD) **(5 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 193/2023**, dos Deputados Ademar Traiano e Cristina Silvestri, que denomina Coronel Anselmo José de Oliveira a 4.ª Companhia de Polícia Militar de Prudentópolis; **Autuado sob o n.º 194/2023**, dos Deputados Gilberto Ribeiro, Professor Lemos, Requião Filho e Alexandre Amaro, que dispõe sobre a proibição do uso de tinta e o tingimento de animais no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 195/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Programa Educativo de Sensibilização para prevenção e combate ao uso de mídias sociais, jogos eletrônicos, virtuais e brincadeiras que induzam crianças e adolescentes à violência, à automutilação e ao suicídio no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 196/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que autoriza o Poder Executivo promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 197/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a implementação de sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no

Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 198/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino público estaduais. Deputados que apoiem permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais... Na verdade são três, mas uma delas necessita da votação de uma Emenda.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 724/2021, de autoria do Deputado Tercilio Turini, que denomina Centro Estadual de Educação Profissional Doutor Oscar Nascimento, a unidade em construção localizada na Avenida Guilhermina Lahman, na esquina com a rua Lino Sachetin, no conjunto habitacional Aquiles Stenghel, no município de Londrina.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 45/2023, de autoria da Deputada Mabel Canto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Laurival Pontarollo.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 96/2023, de autoria do Poder Executivo, Ofício CEE/G 155/2023, que altera as leis que especifica e dá outras providências. O Projeto recebeu emenda de redação. Vamos submeter ao voto a emenda de redação, para a elaboração de nova redação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”. Peço aos Deputados que compõem a base, a emenda é meramente de redação e o voto é “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*não*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Até isto?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vou votar. Só um pouquinho aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Anibelli, Ana Júlia, Jacovós, Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício e Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “*Sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Moacyr Fadel, Ricardo Arruda e Tercilio Turini. O Deputado Tito acabou de votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (35 Deputados);* **Votaram Não:** *Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alisson Wandscheer, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Luis Corti, Márcia Huçulak, Reichembach, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (11 Depuatdos).]* Com 35 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovada a Emenda de Redação Final. (O Projeto retorna à Comissão de Redação.)**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 135/2019, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a proibição da utilização de penas e plumas de origem animal para a produção de fantasias e alegorias e dá outras providências.

Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Também já de conhecimento dos Sr.^s Deputados. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Sr.^s Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Projeto de Lei de autoria do Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto os Deputados votam, *pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero registrar que amanhã teremos um evento histórico, a inauguração do trecho que não sei falar o nome... Como é? *Whitetopping*. Não sabia falar isso! Obrigado. É o cimento que dá uma durabilidade maior ao asfalto. E quero parabenizar o colega Guerra, que aqui está, que fez um brilhante trabalho, levou bordoadas, apanhou para caramba até que a rodovia ficasse pronta, V.Ex.^a que entrou na batalha também, trabalhando lá, o colega Guto. Assim, temos que reconhecer. Também fiz uma partezinha pequena, mas não é, foi de V.Ex.^{as}. Mas amanhã teremos um evento histórico, a inauguração, e vai mudar o conceito, porque recebemos ali pela 153, que faz conexão com a 280. Então, um dia histórico, Guerra. Transmita o nosso abraço a toda a população.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, queria convocar os membros da Comissão de Orçamento para uma reunião na segunda-feira, às 13h30, da nossa Comissão, para analisarmos dois Projetos de Lei que tratam de crédito orçamentário. Importante a presença das Sr.^{as} e dos Sr.^s Deputados. E, Sr. Presidente, penso que V.Ex.^a deveria fazer uma convocação com os líderes de bancada, aproveitando, e fazer uma reavaliação da realização das Sessões nas quartas-feiras pela manhã. Mesmo que não fosse às 14h30 no período da tarde, mas que fosse às 13 horas ou coisa que o valha. O fato concreto é o seguinte, acho que estamos tendo um prejuízo no processo legislativo justamente por conta desta mudança que fizemos no horário das Sessões às quartas-feiras. Sugiro que V.Ex.^a convide os Líderes para trocar uma ideia sobre isso. Acho que há um prejuízo neste tema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, V.Ex.^a propõe uma alternativa de Sessão nas quartas-feiras, no horário das 13 horas ou 13h30, mas lhe confesso que esta alteração foi na verdade feita por sugestão de todos os Líderes que protocolaram um Requerimento à Mesa. Posso convocá-los novamente para reavaliar essa decisão, sem nenhum problema.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, já estão se manifestando! Há uma rebelião aqui agora.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Desnecessário, Sr. Presidente. Já foi definido isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está definido, então. Ainda dependo do voto da Deputada Marli Paulino, Gilson de Souza, Ney Leprevost...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): *Pela ordem, Presidente. Pela ordem.*

Deputado Marcel Micheletto. Queria fazer um apelo ao Presidente, e isso aconteceu hoje quando estava na Presidência. Gostaria também aqui de colaborar com o Líder Hussein. É um pedido que fazemos. Já fui Líder também, sucedendo o nosso Hussein Bakri. O Governo não pode fazer eventos no horário em que estamos fazendo Sessões aqui. Gostaríamos todos de participar do evento que tivemos hoje do PPA, lançado pelo Governador Ratinho Júnior. Faço um apelo aqui a V.Ex.^a, que é o nosso Presidente. Conversamos aqui com o Líder do Governo. Sou da base do Governo e gostaria imensamente, como todos os Deputados que estão aqui, de participar dos eventos, que não fossem no horário das Sessões. Podemos fazer à tarde; podemos fazer na terça de manhã. Sinto um desrespeito com esta Casa, e com os Deputados da base principalmente, de fazerem eventos do Governo do Estado no momento em que estamos fazendo Sessão. Então, aqui quero me solidarizar com o Deputado Hussein, com V.Ex.^a, que teve que sair e eu ficar no seu lugar, mas que façamos esses eventos e que todos possamos ter a oportunidade de ver o que o Governo está trazendo para nós e para o Estado do Paraná.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Artagão.*

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Quero aproveitar as manifestações aqui e dizer que esta indignação não se resume apenas à questão dos eventos, também a postura de alguns Secretários que esquecem que os Deputados têm os seus compromissos de segunda a quarta-feira. Tenho visto a luta do Líder Hussein no sentido de que os Secretários respeitem este Parlamento, respeitem os Deputados, respeitem quem tem voto, respeitem quem ajudou o Governador a ser eleito ou reeleito no Estado do Paraná; e tem Secretários que parece que não ouvem ou não querem ouvir ou não querem respeitar. O Governador inclusive já emitiu um decreto determinando que as pautas dos Secretários só aconteçam em

momentos em que não exista conflito com as Sessões Plenárias. Então, quero me solidarizar às manifestações aqui feitas e enaltecer a luta do Líder Hussein, que tenho acompanhado, semanalmente conversando com o Chefe da Casa Civil, pedindo ao Governador. Mas, se não sabem respeitar as determinações do Governo, que peçam a conta ou que sejam demitidos, porque este Parlamento, estes Deputados precisam ser respeitados.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): *Pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na sequência, Deputado Jacovós.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, estou preocupado. Vamos ficar desempregados aqui! Quem *bate* no Governo somos nós. Vou fazer o quê, daqui a pouco?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Jacovós solicitou antecipadamente.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): A Liderança do PL, com os seus cinco Parlamentares, reitera, insiste em apoiar os nobres Deputados que se manifestaram no mesmo sentido.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Hussein agora tem a preferência.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela idade até, não é? Vamos lá! Presidente, este tema é recorrente. Era Deputado no Governo Beto Richa, meu primeiro mandato, e via o Deputado Romanelli literalmente perder os cabelos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Tinha?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Romanelli começou a perder cabelos naquela época. Porque o que acontece? Ele se debatia com essa questão de Secretários insistirem reiteradas vezes, receberem sem a presença, alguns com intenções políticas de se candidatarem - já acontecia naquela época - e de fato estamos vendo em alguns momentos ações parecidas com essas. Ninguém aqui quer cercear Secretário, cada qual tem a sua liberdade, agora existem temas que têm que ser tratados com a presença do Legislativo. Quero só dizer aos colegas que o Deputado Artagão relatou muito bem que o Secretário-Chefe da Casa Civil, o Ortega, já fez um decreto que abarca e abraça todas as questões que aqui foram trazidas. Eventualmente, um fato como este de hoje realmente foge, é esporádico; a partir daquele dia que foi feito o decreto, mas não está correto. A verdade tem que ser dita. Eu mesmo, como Líder do Governo, não podia abandonar o meu posto, fiquei aqui, mas precisa melhorar. Vou trabalhar para isso. Quero trazer aqui aos colegas a certeza de que na nossa reunião que costumeiramente acontece na segunda-feira vou tratar deste tema com toda a dureza que ele merece. Vocês têm o meu compromisso.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Evandro solicitou antecipadamente *pela ordem.*

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, estes momentos são importantes, estamos fazendo uma DR aqui, discutindo a relação. Então, assim, só queria ressaltar, Presidente, ouvi atentamente todas as falas e concordo, até porque estava hoje no evento e sei da importância do evento que aconteceu e seria muito bem-vinda a presença dos Deputados e Deputadas. Quero na verdade só fazer uma reflexão sobre a primeira colocação do Deputado Romanelli, que motivou tudo isto aqui. Sou um Deputado do Interior, altamente beneficiado pela mudança do horário da Sessão na quarta-feira - na quarta-feira à noite já consigo estar no interior. Então, isso é muito bom para a logística dos Deputados nas suas bases. Só que não temos mais horários alternativos para fazer Audiência Pública, reunião, qualquer reunião legislativa, qualquer discussão de matéria porque temos a terça-feira com garantia de presença dos Parlamentares - na segunda-feira de manhã a grande maioria dos Deputados não está na Casa e na quarta-feira todo mundo já foi. Então, sei que os Deputados se insurgiram contra, só que acho que vale a pena discutirmos uma alternativa. Não precisa ser as 14h30, mas vale a pena discutirmos uma alternativa em relação ao horário da quarta-feira. Pronto, falei! Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Guerra solicitou antecipadamente.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Serei bastante breve, Presidente. Só para corroborar que já existe um despacho governamental publicado no Diário Oficial do dia 24, que estabelece justamente sobre as agendas de quinta e sexta-feira. O protocolo, cito aqui, é o n.º 199168592. Solucionada a questão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, penso que na verdade é o seguinte, já vi aqui, pelas vaías que recebi, a desaprovação da proposta que fiz e sei reconhecer o que a Casa quer. Então, está retirada a minha proposta de mudança de horário. Mas, por outro lado, quero dizer o seguinte, Sr. Presidente. Quero dizer o seguinte, hoje mesmo tivemos, como foi bem dito aqui, um evento muito importante, no qual V.Ex.^a estava presente, eu estava presente na condição de Presidente da Comissão de Orçamento e o Deputado Evandro Araújo também, como Relator do orçamento. Era uma reunião indispensável para que pudéssemos participar. O que ocorre? Muitas vezes o Parlamentar tem uma agenda com o Governador ou com o Governo de temas que são relevantes para o exercício do mandato. O que podemos fazer, Ex.^a, a mim me parece, se for o caso, alterar o Regimento da Casa para justificativas de ausência em Plenário de questões pontuais, que a Mesa possa autorizar e reconhecer essa ausência em função do exercício regular do mandato, com isso damos uma flexibilizada. E quando for necessário ter quórum qualificados, obviamente, a Liderança do Governo e da Oposição vão fazer as alterações. Mas, isso também flexibilizaria, até porque, com o devido respeito que tenho a todos, o Governo tem uma agenda - você tem 27, 28 Secretarias de Estado hoje aproximadamente, você tem uma estrutura governamental muito forte. Por outro lado, o seguinte, não temos como deixar o Governador subordinado aos horários que a Assembleia está com a Sessão funcionando. Então, é um tema é complexo aqui, na verdade, mas entendo assim, se tivermos algum tipo de flexibilização baseado naquilo que é de interesse do Legislativo, entendo que é necessário podermos ter talvez uma alteração no nosso Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Romanelli, você tem que ter posicionamento firme, meu caro colega. Tem que falar uma coisa para nós aqui e a mesma coisa no microfone, porque toda hora muda de opinião. Uma hora você quer uma coisa, fala para nós e vai ali ao microfone e fala outra!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, a discussão paralela não chega a lugar algum. Senhores Deputados, ouvi com atenção as manifestações de todos e também comungo com as manifestações. É correto. Falo que só estou aqui há 33 anos dentro do Poder Legislativo, e isso é recorrente em todos os Governos. Agora, a necessidade do enquadramento é verdadeira, não tenham dúvida alguma em relação a esse tema. O Líder já tratou, já tratamos, já tem um ato do Governador e espero que seja cumprido. A proposição do Deputado Romanelli já é voto vencido, já vi aqui a manifestação de todos os líderes. Audiências Públicas, Sr.^s Deputados, a Assembleia funciona de segunda a sexta-feira, qualquer Deputado pode fazer Audiência Pública na segunda, terça, quarta, quinta ou sexta, é um ato. É um ato de cada Parlamentar. Elas estão acontecendo aqui, as Audiências Públicas. Então, não há o que se discutir este tema. Vamos aqui à finalização.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem, Deputado Amaro.*

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): O Deputado Alexandre Curi está me dizendo aqui que já conseguiu a sala para colocarmos o tatame. Já estou agendando com ele aqui as datas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vossa Excelência tem sido insistente nesse tema. Acho que está ganhando força; vamos providenciar, se não aqui, ali na rua. Organizamos o local. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Matheus*

*Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alisson Wandscheer, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Luis Corti, Márcia Huçulak, Marli Paulino, Ney Leprevost e Reichembach (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 135/2019.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 133/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui a semana de conscientização sobre a importância da liberdade de imprensa para a democracia, a ser comemorada na primeira semana do mês de abril. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Com emenda de Plenário e parecer favorável da CCJ. Também já de conhecimento dos Sr.ª Deputados. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, enquanto também aguardamos o resultado da votação, quero aqui em nome da Mesa Executiva... O evento que vai acontecer em relação às cidades até 7 mil habitantes tem a participação de recursos da Assembleia, portanto, no momento em que for definido o horário, encaminharemos um comunicado e um convite a todos os Deputados, independente de ser de base de Governo ou de Oposição. Todos têm o direito de participar desse evento. (Aplausos.)

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem, Deputado Goura.*

DEPUTADO GOURA (PDT): Só queria mais uma vez registrar aqui os nossos parabéns e felicitações para a nossa capital do Paraná, Curitiba, que completa 330 anos no dia de hoje, 29 de março. Presidente, fui Vereador eleito por Curitiba, Deputado Estadual eleito e reeleito com majoritariamente votos na capital e candidato a Prefeito em 2020, então acho que só registrar, Sr. Presidente, o nosso amor por Curitiba, que ela possa ser cada vez mais uma cidade mais justa, acolhedora e inovadora de verdade para todos os seus cidadãos e cidadãs. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, enquanto o pessoal termina de votar, só queria agradecer ao Líder do Governo, de uma maneira especial também ao Deputado Tiago Amaral e a todos os Deputados da Oposição e Situação. Foi pedido o voto favorável e esperamos realmente o voto favorável nesta segunda votação a este Projeto. É um Projeto importante e pedi muito o apoio, principalmente do Deputado Tiago, com relação à CCJ, para que este Projeto pudesse ser aprovado ainda nesta semana, tendo em vista que ele institui, então, a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia. E essa semana seria a primeira semana de abril, tendo em vista que dia 7 de abril é o *Dia do Jornalista*. Então, quero agradecer desde já a compreensão de todos e o voto favorável de todos os Parlamentares.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alisson

Wandscheer, Anibelli Neto, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Luis Corti, Márcia Huçulak, Maria Victória, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (21 Deputados).]
Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 133/2022.**

Na sequência, submeteremos à votação a emenda. Deputado Marcel, assumo a Presidência, tenho um compromisso e preciso me deslocar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Emenda, Sr. Presidente, foi construída com a autora do Projeto, que agradeço, e o voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Então, em votação a Emenda ao Projeto do Item 5 aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “*sim*”, repito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): A Liderança da Oposição, como vota?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Enquanto isso, queria sugerir ao Deputado Arilson, Presidente do PT, que tem uma força fantástica inclusive na Itaipu, será que não conseguimos um capilé da Itaipu para adicionar no Projeto de asfalto no Paraná, ou não? É para pensar, não é? É Para pensar, porque V.Ex.^a tem... É verdade, V.Ex.^a já se comprometeu em encaminhar algum Projeto da educação, mostrando a sensibilidade com o Estado do Paraná, é um Presidente de um partido extremamente democrático. Mas, é uma coisa que dá para pensar! A Assembleia está dando um tanto, outro está dando um tanto, vai atender todas as cidades do Paraná, e está envolvendo todos os Deputados. Não é ruim, não é?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Presidente da Itaipu, Deputado Enio Verri, Ex-Deputado Enio Verri vai estar aqui na segunda-feira, vamos conversar com ele.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Concordo plenamente Líder, a Itaipu vai ter muito dinheiro, são bilhões de reais que ela pode vir aqui discutir com a nossa Assembleia, principalmente com a Frente Parlamentar que estamos como Coordenador. Tenho certeza absoluta de que o Deputado Enio Verri vai ser sensível a esta causa.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): De repente, Deputado Arilson, dá para cumprir aquele 100% de asfalto em Ponta Grossa, Deputado Hussein, que foi prometido, não é? Podemos ampliar, não é?

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Presidente, acho que temos que pensar também nas obras de infraestrutura, conforme foi feito no último Governo. Acho que isso é o mais importante a se fazer com esse dinheiro da Itaipu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Você viu, nosso Líder Arilson, a importância da Itaipu para o nosso Estado do Paraná, e principalmente esta Casa quer discutir...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Arilson, o senhor, por favor, não se esqueça da minha listinha de recursos que tenho aí para poder...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vossa Excelência é companheiro do Presidente Lula.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Muito obrigado. Agradeço, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputados. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Luis Corti, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (21 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

TEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 375/2022, de autoria do Deputado Marcio Nunes, que denomina Coronel Antônio Roberto dos Anjos Padilha o Instituto de Criminalística de Campo Mourão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Em votação o Projeto. Como vota a Liderança do Governo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação. Votando. Deputados que ainda não votaram, para finalizarmos aqui a votação. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria

Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 375/2022.**

Do Item 7 ao Item 10 serão agrupados, são matérias correlatas.

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 448/2022, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Melhores Amigos dos Animais – AMAA, com sede no município de Goioerê. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 11/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Araucariense de Handebol, com sede no município de Araucária. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 49/2023, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda e Batatinha, que concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Terapêutica Ele Vive, com sede no município de Matelândia. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 65/2023, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina, com sede no município de Londrina. Parecer favorável da CCJ.

Então, queria aqui fazer o pedido à Liderança do Governo, como vota a Liderança?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, são matérias importantes, que ajudam entidades do Paraná. Pediria que todos os Deputados comparecessem e votassem “*sim*”. O nosso voto é “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*” também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Votando. Do Item 7 ao 10: Projeto de Lei n.º 448/2022, Projeto de Lei n.º 11/2023, Projeto de Lei n.º 49/2023 e Projeto de Lei n.º 65/2023. São esses os Itens.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Atenção Deputados que ainda não votaram, como dizia um Vereador, estamos com o “*cloro baixo*”, “*baixo cloro*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Precisamos de todos aqui ainda no Plenário. Está correto o Líder. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (33 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Maria Victória, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral (21 Deputados).]* Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos todos aqui agrupados.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 537/2023, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo informações ao Chefe da Casa Civil do Paraná, sobre os contratos referentes à privatização e sobre a condenação da Companhia Paranaense de Energia-Copel.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.º 531/2023, do Deputado Tiago Amaral, solicitando a anexação dos Projetos de Lei n.ºs 114 e 115/2023 ao Projeto de Lei n.º 695/2019, por tratarem de matérias correlatas. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 532/2023, do Deputado Tiago Amaral, Presidente da Comissão de Constituição de Justiça, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 326/2021 ao Projeto de Lei n.º 805/2019, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 529/2023, da Deputada Marli Paulino, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Emerson de Oliveira Mathias; **Requerimento n.º 530/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo ação urgente para recuperação da PR-170, no trecho que

liga o município de Rolândia ao Distrito de São Martinho; **Requerimento n.º 533/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Infraestrutura, Sr. Sandro Alex, requerendo a reforma e instalação de radar na ponte sobre o rio das Lontras, na PR-487, km 210, entre os municípios de Luziana e Iretama; **Requerimento n.º 534/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, e ao Secretário de Estado da Administração e Previdência, no sentido que todos os editais de licitação de obras públicas no Estado do Paraná contenham a previsão de utilização de Areia Descartada de Fundação (ADF) na composição de base asfáltica; **Requerimento n.º 535/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, requerendo atualização salarial aos servidores remanescentes do QFEB-Quadro dos Funcionários da Educação Básica, que não foram transpostos para o QPPE-Quadro Próprio do Poder Executivo e que ficaram sem o reajuste de suas remunerações; **Requerimento n.º 536/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, Sr. Cláudio Stábile, requerendo o restabelecimento de fornecimento regular de água para o município de General Carneiro e também aumento no número de funcionários para atendimento ao público na sede da empresa no município; **Requerimento n.º 539/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo equipamentos de informática; **Requerimento n.º 540/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à 4.^a Igreja Presbiteriana Renovada de Maringá, pelos 31 anos de existência; **Requerimento n.º 541/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações e aplausos à Prefeita Suzie Aparecida Pucillo Zanatta, pela eleição como 2.^a Tesoureira da Associação dos municípios do Paraná-AMP.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 538/2023, dos Deputados Moacyr Fadel, Cobra Repórter, Gugu Bueno, Mabel Canto, Adão Litro, Delegado Jacovós, Alexandre Curi, Luiz Fernando Guerra, Hussein Bakri, Tiago Amaral, Fábio Oliveira, Tercílio Turini, Alexandre Amaro, Thiago Bühner, Evandro Araújo, Ney Leprevost, Soldado Adriano José e Cloara Pinheiro, requerem a alteração da Coordenadoria da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná, para que o encargo seja assumido pelo Depurado Fábio Oliveira; **Requerimento n.º 542/2023**, dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Delegado Tito Barichello, Fábio Oliveira, Alexandre Amaro, Márcio Pacheco, Maria Victória, Gilson de Souza, Cloara Pinheiro, Marcel Micheletto, Cobra Repórter, Tiago Amaral e Sodado Adriano José, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em Defesa das Propriedades Privadas, com finalidade até o final da presente Legislatura.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 543/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de março de 2023; **Requerimento n.º 544/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de março de 2023; **Requerimento n.º 545/2023**, do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de março de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 546/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de março de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º**

547/2023, da Deputada Márcia Huçulak, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de março de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 3 de abril de 2023, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 239/2022 e 96/2023; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 133/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 448/2022, 11/2023, 49/2023 e 65/2023; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 430/2022, 14/2023, 15/2023, 26/2023, 90/2023, 91/2023, 92/2023, 93/2023, 94/2023 e 154/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 12h16, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)